



filantropia[®]

Voluntariado & Terceiro Setor

Captação de recursos

Adoção financeira configura-se como estratégia de sucesso na mobilização de investidores

Legislação

Lei do Prouni permite a transformação de organizações educacionais em sociedade

Contabilidade

Decreto levanta dúvidas quanto ao cálculo das gratuidades devidas pelas entidades

Assistência social

Como cidadãos brasileiros, as minorias também têm direito aos bens e serviços providos pela sociedade

Religião e Terceiro Setor

Entidades religiosas representam mais da metade das organizações sociais do país

Entrevista

Diretor-presidente da Confederação das Santas Casas apresenta medidas prioritárias para o fortalecimento dos hospitais filantrópicos

Antônio Brito



A paixão pela bola, a paixão pelo social

Não é de hoje que o futebol movimenta corações de jogadores e torcedores pela prática do bem. Diversos são os relatos de craques da bola encampando práticas sociais na região onde nasceram e foram criados.

A maioria proveniente de regiões pobres e periferias de grandes cidades brasileiras, nossos jogadores sentem a necessidade de reverter parte dos milhões de dólares recebidos com os altos salários àqueles que ainda jogam no mesmo “Maracampinho” de terra batida em que eles mesmos brincaram durante a infância.

Leonardo e Raí não foram os precursores da filantropia no mundo esportivo, mas são, sem dúvida, os idealizadores de uma das mais bem sucedidas obras sociais realizadas por jogadores ou ex-jogadores: a Fundação Gol de Letra. Cafu também ajuda nessa goleada – cerca de 340 crianças atendidas por dia na fundação que leva seu nome.

Esse time de “craques do bem” tem uma vasta escalação: Ricardinho, Marcelinho Carioca, Dunga, Gilmar, Roberto Carlos, Tafaress, Ronaldinho e muitos outros bons de bola que se mostram também “bons de coração”.

A estreita relação das ONGs com o universo do futebol tem como um bom exemplo a Aldeias Infantis SOS. A entidade está participando de jogos de eliminatória para promover uma campanha, que terá seu ponto alto na Copa do Mundo de 2006, na Alemanha.

A ação beneficente batizada de 6 Aldeias para 2006, em parceria com a Fifa, tem como objetivo arrecadar doações para a construção de seis novas Aldeias Infantis em vários países, entre eles o Brasil. A nova Aldeia brasileira já tem até endereço (Igarassu, Grande Recife/PE) e embaixador: Juninho Pernambucano, um dos ídolos do futebol no Brasil e na França.

Há quem marque gols contra também, creditando o próprio nome, por ser um ídolo do futebol, em campanha de falsa responsabilidade social para angariar novos clientes a seu patrocinador.

Mas no país do futebol, onde meninos e meninas crescem com o sonho de fazer parte do mundo da bola, é possível transformar o desejo de ver esse grande estádio, de 180 milhões de brasileiros, livre de injustiças sociais, fome, pobreza e violência.

E os “donos da bola” estão dando conta do recado, dentro e fora de campo.

Parabéns, atletas brasileiros, pela iniciativa e exemplo!

“Velocidade é útil

somente se você

está correndo na

direção certa

Foel A. Barker

Conselho Editorial



*Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.*



Dia Global do Voluntariado Jovem

Camiseta oficial da campanha deste ano



Blitz educativa de prevenção de acidentes de trânsito, realizada pelo Colégio Polivalente em Apucarana/PR



Ação de inclusão da população indígena pela Secretaria Estadual de Juventude, em Itacajá/TO

Pelo sexto ano no Brasil, o Dia Global do Voluntariado Jovem mobilizou voluntários de diversas idades nas quatro regiões do país. Sob a coordenação da Natal Voluntários, o evento aconteceu de 15 a 17 de abril e teve como enfoque o tema 8 Jeitos de Mudar o Mundo – Objetivos do Milênio. A campanha é realizada em mais de 100 países e os objetivos são: beneficiar a comunidade com ações concretas, homenagear os jovens que já são voluntários e mobilizar outros jovens para ações comunitárias. Os números finais apontam o sucesso da edição deste ano: 51 comitês foram formados, 405 ações realizadas em 145 cidades, de 24 estados brasileiros e do Distrito Federal, totalizando a participação de mais de 30 mil voluntários, que promoveram ações socioeducativas, ecológicas, de saúde preventiva, doação de alimentos, de material escolar, de roupas, atividades recreativas, esportivas, culturais e construção de espaços comunitários.

www.diaglobal.org.br

Dois brasileiros na Jornada Mundial de Jovens Solidários da França

O Brasil teve dois representantes do Rio Grande do Norte na Jornada Mundial de Jovens Solidários, na França, organizada pela Agência Nacional de Coordenação do Dia Global do Voluntariado Jovem daquele país. Entre 3 e 17 de abril, Tiago Lima e Priscila Góes integraram o grupo de 200 jovens voluntários de universidades, escolas e ONGs de mais de 30 países, como Líbano, Honduras, Espanha, Romênia, Algéria e Finlândia. Eles discutiram formas concretas de participação juvenil e conheceram experiência de voluntariado jovem em cidades francesas.

www.jeunes-solidaires.org

Representante da Unesco critica falta de investimentos em educação

O representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, criticou os governos federal, estaduais e municipais por não priorizar os investimentos em educação. Segundo ele, se o tema fosse considerado prioritário, os professores teriam salários dignos. Ele defendeu a proposta de conversão de parte dos juros da dívida brasileira em investimentos na área, citando como exemplo o governo da Espanha, que aceitou liberar € 60 milhões da dívida argentina em investimentos na educação.

www.unesco.org.br

Grupo de trabalho discute norma ISO 26000

Entre os dias 7 e 11 de março, a cidade de Salvador, sediou a primeira reunião plenária do Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO, que pretende desenvolver a Norma de Diretrizes Internacional de Responsabilidade Social – ISO 26000. O evento, organizado pela ABNT, contou com a participação de representantes de 70 países. A iniciativa é da Organização Internacional de Normalização (ISO), que já desenvolveu as ISO 9000 para qualidade e 14000 para meio ambiente.

Dia da Verdade Solidária

No dia 1º de abril, o Namastê – Instituto de Integração Social promoveu o Dia da Verdade Solidária, em São José dos Campos, São Paulo. O objetivo do evento é desenvolver uma cultura da solidariedade e incentivar exercícios pontuais de cidadania. A festa, organizada pela Rede Social Verdade Solidária, composta por 29 entidades, envolveu diferentes atores sociais, que promoveram ações em empresas, escolas e praças públicas.

www.namaste.org.br



Apresentação do Centro de Atividades da Terceira Idade (Cativa)

Prêmio Construindo a Nação

O Instituto da Cidadania Brasil entregou, em 7 de março, o Prêmio Construindo a Nação 2004-2005 à Escola Estadual Pe. Antônio Godinho, do município de Carapicuíba, responsável pelo projeto Caminho das Pedras. Tendo como objetivo estimular a prática da cidadania nas escolas públicas e privadas, o prêmio recebeu, nessa quarta edição, a inscrição de 233 instituições de ensino médio do estado de São Paulo.

 www.institutocidadania.org.br

Visão geral da festa de entrega,
realizada na Sala São Paulo



GLAUCO ROSSINI

Trilha Eficiente reúne portadores de deficiência

Um grande grupo de deficientes físicos e acompanhantes participou, no dia 12 de março, da 4ª Trilha Eficiente – Adrenalina Sem Limites, evento organizado pelo projeto Adote um Cidadão. Durante o passeio ecológico no Parque Estadual da Serra do Mar, em São Bernardo do Campo, os trilheiros tiveram de enfrentar obstáculos como pedras e lama. O grupo também aproveitou para plantar 40 mudas de árvores frutíferas, sob o monitoramento do Senai Mario Amato e do Grupo de Estudos de Roteiros e Proteção Ambiental (Gerpa).



WILFRED NASSIMBETO

A deficiência não impõe limites quando
há força de vontade

Violência é tema da Conferência da Paz

A Câmara dos Deputados, em Brasília, recebeu a 1ª Conferência da Paz no Brasil, promovida por várias entidades, entre elas o Conselho Nacional de Igrejas (Conic), Cáritas Brasileira, Defensoria da Água, Conselho Indigenista Missionário, Ministério Público Federal, Articulação de Mulheres Brasileiras, VivaRio e o Fórum Nacional de Educação. Durante o evento, realizado em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, houve um ato em homenagem às vítimas da violência no Brasil e diversos debates sobre alternativas contra a violência no país.

Reatech movimenta mercado para portadores de deficiência

O Grupo Cipa Congressos & Feiras Comerciais, com patrocínio da Fundação Selma, realizou entre os dias 14 e 17 de abril, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, a quarta edição da Reatech – Feira Internacional de Tecnologia em Reabilitação e Inclusão. O terceiro maior evento no mundo, e único na América Latina, contou com 120 expositores, que trouxeram novidades em serviços aos portadores de deficiência e pessoas em processo de reabilitação.

Caravana do Esporte percorre cidades do norte, nordeste e centro-oeste

O Unicef e o canal ESPN Brasil lançaram no dia 8 de março a Caravana do Esporte, projeto que vai percorrer dez cidades no interior das regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, a fim de promover o direito da criança e do adolescente ao lazer e à prática de atividades esportivas. O projeto conta com o apoio do Instituto Esporte e Educação, dirigido pela jogadora de vôlei Ana Moser, e a participação dos atletas Fernanda Keller, Flávio Canto, Raí e Sócrates, entre outros.

 www2.uol.com.br/espnbrasil/caravana



ADRIANA BALDANHA

A tenista Patricia Medrado ensina os primeiros passos
do tênis ao garoto Josivan dos Santos Botelho



DIVULGAÇÃO

Oficina oferecida pela CST a entidades que participam do programa

Programa de capacitação da Companhia Siderúrgica de Tubarão

O Programa de Comunicação com o Terceiro Setor da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) atenderá este ano 20 instituições do Espírito Santo. O propósito é oferecer suporte e capacitação para melhoria da administração de organizações sociais, tratando de temas como legislação, captação de recursos e gestão de voluntários. A CST também mantém diversos programas sociais em parceria com instituições públicas e privadas, que beneficiam cerca de 115 mil pessoas. No dia 24 de maio, inclusive, o presidente da CST, José Armando Campos, recebeu jornalistas no Centro de Convenções da Vitória para uma entrevista coletiva. Na ocasião foram apresentados os relatórios corporativos da empresa, que trazem, em três volumes, a síntese das ações sociais, ambientais e administrativas.

 www.cst.com.br



DIVULGAÇÃO

Sönke Wortman, padrinho da campanha 6 Aldeias para 2006, visita Bahia

O cineasta alemão Sönke Wortmann, um dos padrinhos famosos da campanha 6 Aldeias para 2006 (promovida pela Fifa para a Copa da Alemanha), esteve em março na cidade Lauro de Freitas, na Bahia. Ele participou das filmagens do documentário que será exibido na Alemanha em prol da campanha, que tem como objetivo arrecadar doações suficientes para a construção de mais seis Aldeias Infantis SOS em vários continentes até a Copa de 2006.



www.aldeiasinfantis.org.br

O cineasta brinca com crianças da Aldeia Infantil SOS da Bahia

Congresso reúne administradores de Santas Casas

Entre 11 e 14 de maio, a Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de São Paulo (Fesehf) realizou o XIV Congresso de Provedores, Diretores e Administradores Hospitalares de Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado de São Paulo. Durante o evento, realizado no Hotel Blue Tree Park de Mogi das Cruzes, em São Paulo, o governador do estado, Geraldo Alckmin, confirmou a liberação de aditivos para os hospitais filantrópicos.



www.fesehf.org.br/eventos

ONU lança

Avaliação dos Ecossistemas do Milênio

Definido pela ONU como o mais importante estudo científico já realizado nos últimos 50 anos, o programa Millennium Ecosystem Assessment (Avaliação dos Ecossistemas do Milênio) foi apresentado em 30 de março, em Brasília. No mesmo dia, o estudo foi divulgado pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, em Nova York. O relatório com 10 mil páginas contém a avaliação desenvolvida por cerca de 2 mil cientistas do mundo inteiro sobre os impactos causados nos ecossistemas do planeta com a ação do homem.

O presidente do Ibama, Marcus Barros, fala durante lançamento do relatório



ELZA RUZA/ABR

Entidades recebem IX Prêmio Bem Eficiente

A nona edição do Prêmio Bem Eficiente contemplou, no dia 3 de maio, 50 entidades que demonstraram trabalho e desempenho dentro de uma estrutura profissional, operando com custos baixos, transparência e supervisão externa. Todas as entidades inscritas tiveram a atuação analisada segundo 42 critérios de avaliação, de acordo com padrões internacionais na área de beneficência. A premiação é patrocinada pelas empresas Accor, Firmenich, Grupo Solvay e Intermédica Saúde.



www.melhores.com.br

Da esquerda para a direita: Edson Silva (gerente geral da Firmenich), Firmin Antônio (fundador e presidente da Accor no Brasil), Maria Lúcia Alckmin (presidente do Fundo Social de Solidariedade), professor Stephen Kanitz (criador do Prêmio Bem Eficiente), dr. Paulo Sérgio Barros Barbanti (presidente do Grupo Notre Dame Intermédica) e Ademar Luiz Mendonça Júnior (diretor administrativo Mercosul da Solvay)



JULIO VILELA

Conferência discute metas do milênio, juventude e tecnologias sociais educativas

Realizada de 11 a 13 de maio, em Criciúma, Santa Catarina, a III Conferência Sul de Responsabilidade Social teve como principal objetivo mobilizar líderes, educadores, políticos, empresários e demais agentes na criação de uma Agenda Social. Durante o evento, foi realizado amplo debate sobre as metas do milênio, a juventude e as tecnologias socioeducativas, com a participação de palestrantes experientes na área.



www.cidadefutura.org.br/terceiraconferencia



Brasileiro vence torneio de tênis em cadeira de rodas

O atleta Christophe Laurent Royet, representante da ONG Tênis Para Todos, de Belo Horizonte, foi o campeão da categoria Second Draw no VI Brasil Open de Tênis em Cadeira de Rodas. Realizado em Brasília, de 13 a 17 de abril, o torneio recebeu mais de 40 jogadores nacionais e internacionais. A competição faz parte do Circuito Internacional de Tênis em Cadeira de Rodas e equivale à primeira etapa do Circuito Brasileiro. A próxima etapa será em junho, em São Paulo.

www.tenisparatodos.com.br

O campeão Christophe durante uma partida

Playcenter e Ação Comunitária formam primeira turma de estagiários

O Playcenter, em parceria com a ONG Ação Comunitária, formou no início de junho a primeira turma do Curso de Formação para o Trabalho, programa destinado a alunos de comunidades carentes, matriculados no ensino regular fundamental ou superior. Durante os seis meses de estágio, os jovens colocaram em prática, nos diferentes setores do parque, os conceitos recebidos previamente da Ação Comunitária. Além disso, obtiveram capacitação profissional para o mercado de trabalho.

www.playcenter.com.br



Grupo de estagiários formados em junho

Pacto pede melhores condições de vida a crianças do semi-árido

Shows em Petrolina, Pernambuco e Juazeiro, na Bahia, às margens do rio São Francisco, marcaram o lançamento do Pacto Nacional – um mundo para a criança e o adolescente do semi-árido, no dia 7 de abril. A partir do pacto, prefeitos serão estimulados a dar prioridade à infância e à adolescência, e a implementar políticas voltadas à redução das taxas de mortalidade, do trabalho e do analfabetismo infantis.

Expedição Saber apresenta São Paulo a pescadores baianos

Entre 5 e 10 de abril, a Care Brasil e a IT Mídia promoveram a II Expedição Saber, projeto que levou pescadores da Bahia para conhecer a capital paulista. A equipe reuniu 35 lideranças de comunidades do Programa Sul da Bahia. O objetivo da iniciativa é compartilhar métodos, resultados e desafios de projetos sociais que tenham como foco geração de renda, educação e combate à pobreza.

www.care.org.br

Entre uma visita e outra o grupo conheceu o metrô paulistano



DIVULGAÇÃO

Mobilização no Dia Internacional da Mulher

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a Marcha Mundial das Mulheres promoveu uma mobilização internacional na avenida Paulista, em São Paulo. O foco do evento foi a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, que fará uma viagem por 50 países pedindo atenção aos direitos da mulher. A viagem foi iniciada no Brasil no dia do evento e chegará em Burkina Faso, na África, em 17 de outubro.

Selo Município Aprovado

No dia 30 de março, o Unicef apresentou a empresários e líderes de ONGs, fundações e institutos privados o programa Selo Unicef Município Aprovado, uma adaptação para os municípios dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O selo tem o apoio da Fundação Abrinq e faz parte do Pacto Nacional – um mundo para a criança e o adolescente do semi-árido.

Projeto beneficia 9 mil alunos do ensino fundamental

O Instituto Algar de Responsabilidade Social (Iars) fechou parceria com Secretarias de Educação de 15 municípios das regiões sudeste e centro-oeste para realizar o Projeto Criança, que pretende beneficiar cerca de 9 mil alunos de ensino fundamental dessas cidades. A meta é alavancar o letramento (construção da cultura escrita) dos estudantes. Para isso, até 2007, professores e gestores de escolas públicas passarão por um processo continuado de capacitação.

www.institutoalgar.org.br

Desarmamento infantil

No dia 15 de abril foi comemorado o Dia do Desarmamento Infantil, com o objetivo de combater a violência e conscientizar crianças, jovens e adultos de que as armas de brinquedo induzem a brincadeiras violentas. Segundo a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), 51% dos pacientes de até 16 anos com lesão medular foram vítimas de arma de fogo.

www.aacd.org.br

Parceiros da Vida recebe prêmio

O Instituto Parceiros da Vida, assim como o presidente executivo da entidade, Fernando Credidio, foram indicados ao prêmio The Bizz Awards 2005, na categoria *Nonprofit Organization*. Considerado um dos prêmios empresariais mais importantes do mundo, o The Bizz Awards é concedido aos executivos que mais se destacaram em suas respectivas categorias profissionais e países de origem. A entrega da premiação acontece em junho.

Novo diretor-presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia fala dos problemas enfrentados pelos hospitais filantrópicos e da importância do Terceiro Setor na promoção de políticas sociais

ELAINE LORIO

A carreira profissional de Antônio Brito há tempos está ligada à ação social. Formado em Administração de Empresas e Direito, e com pós-graduação em auditoria Econômica Financeira, o profissional baiano trabalha há 14 anos na Fundação José Silveira, de Salvador, e desde 1996 vem atuando em diversas seções da esfera governamental; sempre na área social.

A vida pública começou na presidência do Conselho Municipal de Assistência Social de Salvador, importante órgão deliberativo de política pública que, segundo ele, exercia forte influência na prefeitura local. Em seguida, foi eleito presidente do Sindicato das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia (Sindifiba) e, a partir de então, passou pela Federação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado da Bahia (Fesfba), pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) até, finalmente, tornar-se diretor presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), no dia 28 de março deste ano.

Entre as metas de sua administração à frente da CMB estão o fortalecimento das federações das Santas Casas, a alteração da legislação para a saúde e a estabilização financeira dos hospitais filantrópicos, com foco, principalmente, no aumento da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). “Buscaremos o apoio de todos e contamos com a sensibilidade dos governos federal, estadual e municipal para mantermos vivo o SUS e, conseqüentemente, as entidades filantrópicas da área da saúde”, afirma.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Antônio Brito faz um balanço de sua trajetória profissional, comenta as dificuldades que terá de enfrentar à frente da CMB e defende a parceria entre Primeiro, Segundo e Terceiro Setores para a eficiência da gestão em prol do social.



DIVULGAÇÃO

Antônio Brito

Revista Filantropia: *Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social?*

Antônio Brito: O CNAS é um órgão paritário, portanto, é dividido entre governo e sociedade civil. A meu ver, é um órgão que tem função estratégica para o governo, primeiro porque influencia diretamente três segmentos: assistência social, saúde e educação. Segundo, porque nele se consegue verificar exatamente quais são os direcionamentos desejados pela sociedade a cerca da política pública dessas áreas.

Contudo, as dificuldades que encontramos no CNAS são basicamente em relação à área da emissão dos títulos: Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), registro e importação. Nesta última, o conselho precisa de grande apoio por parte do ministério ao qual está vinculado que, atualmente, é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outra dificuldade é a legislação complexa do setor filantrópico, que influencia nas decisões do colegiado do CNAS sobre assuntos fundamentais para as entidades. Fazem-se necessárias, portanto, a revisão e a readequação da legislação em relação à atuação das entidades beneficentes de assistência social e ao que efetivamente o governo espera delas, como parceria preferencial dos programas sociais.

Filantropia: *Como presidente da Federação das Santas Casas, quais foram as principais questões levadas ao senhor?*

AB: Na verdade, a principal questão é a crise no setor da saúde, que envolve o financiamento dos hospitais filantrópicos. Isso porque há grande preocupação para que essas entidades, que hoje estão com dificuldades financeiras, possam continuar a oferecer apoio no atendimento ao SUS, preferencialmente à população de baixa renda.

Filantropia: *Então, esse é o maior problema que os hospitais filantrópicos enfrentam atualmente?*

AB: Os principais problemas estão relacionados à crise financeira, à falta de financiamento e subsídios públicos, à dificuldade em renovar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social no CNAS e em manter as isenções previdenciárias concedidas pelo INSS.

Filantropia: *Qual a avaliação que o senhor faz de seu mandato como presidente da federação?*

AB: Os hospitais filantrópicos precisam de apoio do governo e da sociedade para continuar atendendo a população. Nós conseguimos congregamos na Bahia as Santas Casas e os hospitais filantrópicos com a busca de soluções para os problemas dessas entidades, como SUS, planos de saúde, convênios com o poder público, entre outros.

Viajamos pelo interior do estado, procurando fortalecer os hospitais das cidades menores, e fizemos parcerias com outras federações e entidades, como com a Federação Brasileira das Instituições de Excepcionais, de Integração Social e da Defesa da Cidadania (Febiex), com a Apae e a Sociedade Pestalozzi, para discutir as problemáticas da saúde e assistência social na Bahia.

Filantropia: *Como é a relação das Santas Casas com os órgãos governamentais, principalmente no que diz respeito aos recursos públicos?*

AB: Temos melhores experiências em alguns estados que em outros. Na Bahia, por exemplo, existe uma boa relação com o governo do estado, com a prefeitura de Salvador e com o Ministério da Saúde, que são parceiros críticos e, portanto, procuram orientar o governo no sentido do interesse comum.

Atualmente, necessitamos de uma política de financiamento de recursos públicos, por in-

Buscaremos o apoio de todos e contamos com a sensibilidade dos governos federal, estadual e municipal para mantermos vivo o SUS e, conseqüentemente, as entidades filantrópicas da área da saúde

termédio do BNDES, como houve no governo federal. Também precisamos estar juntos ao governo na definição de programas sociais, como os da saúde da família e das farmácias populares, definindo como e em qual situação as entidades filantrópicas podem participar das ações, com ganhos reais para todos os lados e, conseqüentemente, para a população.

Filantropia: Qual a melhor saída para que os hospitais filantrópicos consigam pagar suas contas e sair do vermelho?

AB: A primeira saída seria um reajuste na tabela do SUS, para corrigir as distorções que vêm acarretando o desequilíbrio entre receita e despesas das entidades. Não é possível conceber, por exemplo, que uma consulta médica básica no SUS seja remunerada em apenas R\$ 2,04 e a especializada em R\$ 7,55 (R\$ 2,55 para os hospitais e R\$ 5 para os médicos).

O segundo passo seria aperfeiçoar os gestores e dirigentes dos hospitais para enfrentar a crise no setor da saúde, capacitando-os continuamente de modo a buscar alternativas de sobrevivência nas condições adversas do atual mercado.

Filantropia: O senhor irá lutar pelo aumento da tabela do SUS? Que medidas serão tomadas em sua administração?

AB: Sim, já estamos fazendo isso. Estivemos no dia 12 de abril no Paraná, em evento que reuniu hospitais e Santas Casas da região Sul, e no dia 25 de abril, em Pernambuco. Em maio, pretendemos estar em Goiás, Ceará e na Bahia para visitar as federações estaduais e buscar apoio e sugestões, a fim de legitimarmos a proposta de reajuste ao governo federal. Buscaremos o apoio de todos e contamos com a sensibilidade dos governos federal, estadual e municipal para mantermos vivo o SUS e, conseqüentemente, as entidades filantrópicas da área da saúde.

Filantropia: Para o senhor, qual seria o modelo de administrativo ideal para as Santas Casas?

AB: Seria um modelo pelo qual a alteração das provedorias e das presidências dos hospitais filantrópicos não alterasse a continuidade administrativa profissional feita por técnicos e profissionais, dando, assim, subsídios técnicos e uma orientação contínua às Santas Casas. Que os provedores, quando escolhidos, não trocassem as estruturas das Santas Casas e hospitais filantrópicos e mantivessem sempre um corpo técnico administrativo capacitado para dar seqüência a uma demanda que não se altera e que, dessa forma, estaria apenas

orientada por uma política estratégica diferente em cada nova provedoria e presidência.

Filantropia: O que significa para o senhor comandar uma instituição como a confederação?

AB: Significa assumir uma grande responsabilidade e dar seqüência ao trabalho realizado pelo deputado pe. José Linhares Ponte. Foi ele quem trouxe a confederação para Brasília, que antes se localizava em São Paulo. O primeiro presidente foi o dr. José Maria Alckmin, provedor da Santa Casa de Belo Horizonte e vice-presidente da República do governo de Castelo Branco.

A CMB possui 15 federações estaduais e representa 2.100 Santas Casas e hospitais filantrópicos. Possui força parlamentar com deputados e senadores, a exemplo dos deputados Pe. José Linhares Ponte, Darcísio Perondi, André Zacharow, entre outros. Além disso, a CMB possui grande força na sociedade brasileira por representar instituições seculares como as Santas Casas.

Filantropia: Quais são as perspectivas de seu mandato?

AB: Primeiramente, avançar no fortalecimento do sistema confederativo, que é o fortalecimento das federações e de seus hospitais associados. Em seguida, traçar um projeto de filantropia com propostas e alterações da atual legislação para a saúde. Esse projeto deverá ser concluído até agosto, possibilitando seu lançamento durante o XV Congresso Nacional das Santas Casas – que ocorrerá de 10 a 12 de agosto – e, a partir daí, apresentá-lo ao governo. A terceira meta é lutar pela questão da sobrevivência das entidades filantrópicas.

Esses são os objetivos que tenho à frente da confederação e os vejo com muita responsabilidade e humildade. Com o apoio da diretoria que se elegeu – formada pelo vice-presidente dep. Darcísio Perondi; o tesoureiro pe. Niversindo Cherubin; o diretor jurídico dr. José Reinaldo Júnior; e o secretário dr. Saulo Lara, além de todo um conselho fiscal –, pretendo dar continuidade ao trabalho do pe. José Linhares Ponte, atual presidente da Confederação Internacional das Misericórdias.

Filantropia: Como o senhor vê as parcerias intersetoriais entre empresas, Terceiro Setor e governo? Qual a importância da participação de cada uma dessas esferas para o desenvolvimento social do Brasil?

AB: Eu acho as parcerias fundamentais, pois sou um homem do Terceiro Setor.

Não é possível conceber que uma consulta médica básica no SUS seja remunerada em apenas R\$ 2,04 e a especializada em R\$ 7,55



Acredito no Terceiro Setor: considero-o uma alternativa interessante para a eficiência do Primeiro Setor e para que o Segundo Setor possa ter um braço forte dentro das questões sociais do Brasil.

Na CMB, portanto, buscaremos parcerias estratégicas com todas as outras entidades representativas, tais como o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic); a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife); e o Fórum de Entidades Benéficas de Assistência Social, que é composto por entidades como AACD, Fundação Bradesco, Associação Cristã de Moços (ACM), Associação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Combate ao Câncer (Abifcc), enfim, todos os fóruns e espaços nos quais possamos dialogar para trazer uma proposta de atuação conjunta com a Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas.

Filantropia: Qual a sua relação com o Terceiro Setor? O senhor defende alguma ação ou ONG em sua vida particular?

AB: Na verdade defendo a Fundação José Silveira, que é a entidade na qual tra-

balho há 14 anos, além de diversas outras entidades, como as Obras Sociais Irmã Dulce na Bahia e o Faça Parte, presidido pela Milú Villela e que reforça o voluntariado. Ou seja, diversas organizações de vários campos de atuação e segmentos, pois, como disse, acredito no Terceiro Setor como alternativa para minimizar a pobreza e alcançar resultados sociais concretos no Brasil.

Filantropia: Como o senhor vê o crescimento acelerado do setor social no Brasil?

AB: Com muito otimismo. Vejo que o crescimento do setor social no Brasil demonstra amadurecimento. Logo, demonstra a maturidade das relações de entidades sociais, que cada vez mais se entendem e se firmam como suprapartidárias, apolíticas, uma alternativa de eficiência de gestores do sistema público governamental, inclusive com modelos de organizações sociais e como apoio ao setor empresarial.

Filantropia: Seria um meio de suprir o que o governo não oferece?

AB: Não vejo o Terceiro Setor como meio de suprir o que o governo não ofe-

rece, mas sim uma alternativa ao governo. É evidente que em alguns casos há superposição, entretanto, acredito que a orientação que o Terceiro Setor deve ter é de complementação das ações do governo nas áreas sociais como saúde, educação, assistência social etc. 

 www.cmb.org.br



6º Congresso Brasileiro de Contabilidade e Direito do Terceiro Setor

16 DE SETEMBRO DE 2005

Hotel Gran Meliá Mofarrej
Alameda Santos, 1437
São Paulo - SP

Reservas

(11) 3161-5286 / 6728-6743
congressos@economica.com.br



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

www.economica.com.br

Consciência Cidadã

FERNANDO CREDIDIO
fernando.credidio@parceirosdavidia.org

Século 21. Novo milênio. Cada elemento da sociedade possui hoje, diante de si, a importante tarefa de atualizar o que representa viver com ética e responsabilidade, requisitos fundamentais para que se possa construir uma sociedade na qual exista respeito, solidariedade e qualidade de vida. Construir um mundo, enfim, onde exista paz.

O exercício de uma nova visão, coerente com os princípios com os quais nos sentimos intimamente conectados, deve permear a forma de ser de cada um daqui para frente. Justiça, respeito e solidariedade podem sim integrar o portfólio pessoal de condutas para que todos participem do (re)erguimento de uma comunidade qualitativamente melhor. Nós fazemos esse mundo, não basta a nossa esperança de que ele seja feito. A responsabilidade pelo todo é uma atitude que deve envolver as pessoas e organizações no exercício de seus mais diferentes papéis e, sobretudo, na construção coletiva de uma realidade que interesse a todos, respeitando o direito das futuras gerações para uma vida mais produtiva, a serviço dos menos favorecidos.

É indiscutível que, nesse momento, em plena era da informação e da nova economia, sejam profundas as mudanças no modo de as sociedades se organizarem. Observamos, cotidianamente, a alteração de papéis e a redefinição da noção de cidadania. As práticas da responsabilidade e do investimento social fazem parte dessa realidade, pois são a melhor tradução do compromisso com programas voltados para o futuro das comunidades e da sociedade como um todo. Essa importância aumenta na medida em que crescem as enormes carências e desigualdades no Brasil.

O momento atual requer atenção especial para a questão, pois o país passa por problemas graves, cuja solução envolve, prioritariamente, transformações sociais sem demora. Desde a alteração de comportamento das pessoas até a mudança de valores e atitudes nas comunidades, essa atitude passa pela criação de tecnologias que suscitem as mudanças desejadas, o que eleva, assim,





“Se há algo de emocionante no futuro é justamente a capacidade que temos de moldá-lo”

Charles Handy – autor irlandês (1932)

a qualidade de vida de todos. Gradativamente, mais pessoas estão ansiosas por transformações sociais, por intermédio de mudanças em suas economias, sistemas sociais, estilos de vida e, especialmente, em suas crenças e valores.

Nesse contexto, não podemos esperar que o governo Lula ou qualquer outro resolva todos os problemas e promovam, sozinhos, a saúde, a educação e o bem-estar da população. Já é hora de acordar para uma realidade que devemos enfrentar e para a qual precisamos apresentar soluções, uma vez que o desenvolvimento social e do potencial humano do país não pode – e não serão – promovidos apenas pela estrutura governamental. Devemos assumir, cada um, ativamente essa missão, comprometendo-nos com a coletividade, somando esforços e trabalhando de forma organizada para contribuir com todos aqueles que necessitam. Auxiliando-os, estaremos nos ajudando e fazendo algo por um mundo melhor.

Ser cidadão x estar cidadão

O “ser cidadão” é, sem dúvida, uma expressão que precisa ser mais bem utilizada e vivenciada pela coletividade. Talvez, se todos os brasileiros soubessem o que é cidadania, teríamos um país melhor, menos injusto, e nossa qualidade de vida teria outra conotação. Infelizmente, são poucas as iniciativas para a criação dessa consciência na sociedade. Quando ocorrem, partem de algumas

comunidades específicas e das raras organizações privadas realmente imbuídas nesse fim.

“Ser cidadão” é saber viver em sociedade, ciente dos anseios comuns. É participar ativamente das decisões da comunidade, influenciar comportamentos de maneira positiva, exercer os direitos constitucionais adquiridos e lutar pelos que virão. É preservar o meio ambiente, a natureza, os animais, os semelhantes, os opostos. É ser solidário, político, flexível, decidido e, sobretudo, estar consciente de todas as atitudes tomadas em prol da sociedade. Com um pequeno gesto, conseguimos demonstrar responsabilidade nesse contexto social, fazendo a nossa parte, contribuindo intensamente para o crescimento coletivo.

Por outro lado, “estar cidadão” é não praticar o exercício da cidadania em nenhuma de suas formas. É apenas se deixar levar pelos acontecimentos e ainda reclamar das situações difíceis, sem nada fazer para mudá-las.

Uma perspectiva de futuro

“Uma longa caminhada começa sempre com o primeiro passo”, diz um provérbio chinês. Por isso, devemos fazer das pequenas ações o ponto de partida para uma firme caminhada em direção à responsabilidade social, como valor fundamental na transformação da sociedade.

Por onde começar? Questão de atitude! Aliada à solidariedade e ao espírito coletivo. Juntos, governo, empresas e cidadãos haverão de cumprir o papel de

líder no processo de desenvolvimento, como agentes de uma nova cultura.

Como afirma Peter Drucker – que há mais de 50 anos escreve sobre as principais tendências na área de negócios, ajudando organizações dos setores público, privado e social –, “a parceria comunitária será um dos verdadeiros setores em crescimento das economias desenvolvidas. Surge da necessidade de uma participação mais direta e efetiva da comunidade nas grandes questões da vida social, pois não existe ninguém melhor que o cidadão para saber o que ele quer para si, para sua família e para sua comunidade”.

No entanto, tão importante quanto investir no futuro das pessoas é participar de seu presente. Por essa razão, devemos fazer a diferença, sermos um verdadeiro parceiro da vida, hoje mesmo. Afinal, o envolvimento efetivo da sociedade nas questões sociais não é apenas uma postura moderna. Significa, antes de tudo, uma atitude digna de todos aqueles que desejam exercer sua cidadania, contribuindo para um país melhor e, em especial, para uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. 

Fernando Credidio. Presidente-executivo do Instituto Parceiros da Vida de Com. & Resp. Social Empresarial, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa na Faculdade Cásper Líbero e Universidade da Flórida, e o curso Management in Social Responsibility.

Responsabilidade social
Programas sócio-educativos
Qualidade de vida
Conscientização solidária

FUNDAÇÃO
CASPER
LIBERO

www.rc.com.br/cidadaniaempresarial
cidadania@casperlibero.com.br
tel. (11) 3129-5710



Os desafios da captação de recursos para institutos empresariais

Ligação de entidade com empresa tende a dificultar a mobilização de investimentos, mas essa barreira deve ser contornada com a ajuda de parceiros

ANDREA GOLDSCHMIDT
andrea@apoenasocial.com.br

Muito se tem discutido sobre o papel das empresas na solução de problemas sociais no Brasil. O que normalmente se ouve é que a iniciativa privada pode contribuir muito para a solução (ou amenização) de alguns dos problemas, já que dispõe de forte poder econômico, mão-de-obra qualificada e grande capacidade de influência.

O conceito de responsabilidade social empresarial reforça essa idéia: se a corporação deve ser responsável pelo impacto de sua atividade econômica em relação a todos os *stakeholders* com os quais interage, ela passa a ter não só o poder, mas o dever de investir em ações que beneficiem a preservação do meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas comunidades onde atua.

Como as ações sociais têm foco muito diferente da atividade econômica principal, diversas empresas acabam optando pela criação de um instituto ou de uma fundação. A entidade seria seu “braço” de investimento social, permitindo a manutenção do foco e aumentando a eficiência do investimento realizado em prol da comunidade.

Desde que foram fundados, os institutos de corporações vêm trabalhando com bastante sucesso, conseguindo, na maioria dos casos, gerar impacto real positivo. Só que os problemas são tantos, que logo se nota que o investimento precisa ser aumentado para gerar um resultado mais significativo naquela comunidade.

Se o instituto leva o nome da empresa, a comunidade passa a entender sua existência como parte da instituição e, dessa forma, é sua responsabilidade manter os níveis de realização e atender às expectativas dos beneficiários. Por mais importantes que sejam as ações sociais da empresa, seu orçamento não é tão flexível assim e a manutenção dos institutos, muitas vezes, já representa alto custo.

O que fazer se a empresa não dispõe de verba para aumentar o investimento?

A primeira resposta que surge é a estruturação de um sistema de captação de recursos de terceiros que aumente a disponibilidade de capital a ser investido nos programas selecionados.

A formação de parcerias é uma consequência natural do processo, se for considerado o fato de que um investimento social traz benefícios não só para a empresa que o criou, mas para todas as outras que atuam na mesma região. Ao ratear o investimento com outros parceiros, é possível aumentar sua abrangência e, ao mesmo tempo, evitar a sobreposição de ações na mesma comunidade.

O governo local, instituições financiadoras (nacionais e internacionais), outras empresas e a comunidade local são parceiros em que pensamos imediatamente, mas o instituto também deve cogitar em como envolver outros *stakeholders* da empresa. Muitas vezes funcionários e fornecedores podem se interessar em contribuir para o projeto desenvolvido na comunidade.

O desafio que se apresenta aqui é como formar e administrar as parcerias. Assim como em qualquer ação de captação de recursos, cada parceiro terá necessidades, desejos e estruturas de atuação diferentes, e todos precisam ser satisfeitos. No caso dos institutos de empresas, no entanto, a formação de parcerias pode ser um processo ainda mais difícil do que no caso de organizações de base. Haja vista que:

- Pode haver alguma resistência dos potenciais parceiros pelo fato de o instituto estar fortemente associado a uma empresa, por intermédio de uma marca ou, principalmente, se levar o nome da mesma.



- O mercado pode demorar algum tempo para se adaptar à nova imagem do instituto – que passa de financiador a receptor de recursos.
- O tema (missão) escolhido pelo instituto pode não ser o mais significativo para a região, o que dificulta a parceria com organizações locais e com o governo.
- O compromisso com a continuidade do projeto é sempre do instituto que o iniciou, mesmo sob o risco de perder parceiros no meio do percurso. Por esse motivo, as parcerias formadas precisam ser perenes.
- O custo das ações de captação de recursos pode chegar a cerca de 25% do valor total arrecadado. A maior parte dos financiadores prefere direcionar os recursos para a ação, e não para atividades administrativas. Porém, como as despesas administrativas precisam ser financiadas por um dos parceiros, talvez seja necessário que a empresa responsável pela captação garanta a manutenção das atividades com doações próprias e use os recursos dos parceiros para as atividades-fins.
- A divisão de poder dentro de um sistema de parceria merece especial atenção, pois tem como ser responsável pelo sucesso (ou fracasso) de qualquer projeto conjunto. Sempre que são formadas parcerias, é preciso determinar quais são as prioridades de ação, quais os níveis de influência que cada parceiro terá nas decisões de investimentos, como será o sistema de prestação de contas etc.
- A transparência das ações, principalmente no que diz respeito à questão da prestação de contas, pode significar a necessidade de dividir com os futuros parceiros informações que a empresa julgue sigilosas ou estratégicas.

Etapas da captação

Mobilizar recursos exige empenho e especialização. É uma atividade que precisa ser planejada com muito rigor, para que não haja surpresas desagradáveis depois que o projeto for implantado.

Isso não significa, no entanto, que um instituto não possa ter muito sucesso na captação de subsídios. Segundo James Austin, em seu livro *The Collaboration Challenge*, existem sete aspectos que precisam ser levados em consideração para que uma parceria tenha sucesso:

- 1 **Clareza de objetivos** – entender claramente o que cada parte deseja e criar um “acordo”. Cada um pode fazer seu levantamento de expectativas separadamente e, em seguida, reunir-se para chegar a um acordo sobre ações que serão realizadas separadamente.
- 2 **Conexão com as pessoas e com os objetivos** – todos os envolvidos precisam ter forte conexão com a causa. Também é desejável que exista uma relação estável entre os indivíduos envolvidos dos dois lados.
- 3 **Congruência de missão, estratégias e valores** – as missões, estratégias e valores das partes envolvidas não precisam ser idênticas. Contudo, é fundamental a existência de sobreposição suficiente para que seja possível identificar ações em que todos os envolvidos possam trabalhar.
- 4 **Criação de valor** – a preocupação maior não pode ser com “o que eu ganho com isso?”, e sim com “como eu contribuo para o sucesso do empreendimento conjunto?”. É de extrema importância que cada um tenha seu papel e que todos contribuam de maneira significativa para o sucesso do trabalho.
- 5 **Comunicação entre parceiros** – desenvolvida em três níveis:
 - com as pessoas envolvidas;
 - com os demais funcionários da empresa;
 - com a sociedade.
- 6 **Contínua aprendizagem** – desenvolver constantemente formas de trabalhar melhor em conjunto.
- 7 **Compromisso com a aliança** – haverá tempos bons e tempos difíceis. É preciso haver o compromisso de sempre tentar tornar a parceria melhor e nunca abandoná-la.

Como toda aliança estratégica, trata-se de um processo e, dessa forma, as ações desenvolvidas em conjunto precisam ser avaliadas e revistas periodicamente para garantir seu sucesso, a satisfação de todos os parceiros e, conseqüentemente, o impacto na comunidade. ☺

Andrea Goldschmidt Administradora de empresas pela Eaesp/FGV, é consultora na Apoena Empreendimentos Sociais.

Filantropia? Na hora de escolher os auditores você não pode ter dúvidas.

A TSA presta serviços de auditoria independente, especializados em auditoria de entidades filantrópicas.

Somos uma empresa
de Auditoria especializada

no segmento de

“Entidades Filantrópicas”.

Sob a responsabilidade técnica
dos contadores

**Nilton Antonio Tiellet Borges e
Ivan Roberto dos Santos Pinto** -

ambos com registro na CVM

orgulhamo-nos de ter conquistado
credibilidade e eficiência. Com uma
equipe de profissionais competentes

neste segmento, a TSA está
preparada para proporcionar à sua

Entidade a tranquilidade de ter
realizado um ótimo investimento.



TSA AUDITORES ASSOCIADOS

Av. Nova York, 10/508

Porto Alegre/RS • CEP 90550-070

Fone/Fax: (51) 3325.2080

E-mail: tsa@tsa.com.br

Transformação de entidade sem fins lucrativos de educação em sociedade

Prouni abre oportunidade

para organizações

educacionais promoverem

a passagem do

capital público-privado

da instituição para

patrimônio de indivíduo

MARCOS BIASIOLI
marcos@mbiasioli.com.br

O Código Penal estabelece como crime o desvio de recursos públicos¹. O professor Celso Delmanto, em sua obra clássica *Direito Penal Comentado*, atribui como sujeito ativo do crime em questão apenas o funcionário público, que ora possui o poder de disposição de verbas ou rendas públicas².

Todavia, o mesmo diploma legal, no art. 327, parágrafo primeiro, aduz: “Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública”.

Partindo da premissa que as entidades de interesses sociais nada mais são que pessoas jurídicas de direito privado com interesse público, que complementam as ações sociais do Estado – recebendo parca verba pública ou sendo beneficiadas por meio de convênio, subvenção, auxílio e até mesmo por via da famigerada renúncia fiscal –, entende-se que seus dirigentes equiparam-se a funcionários públicos para fins de aplicação de delito penal em foco, caso venham a desviar verba ou renda pública das reais finalidades a que elas se destinam.

Aspecto criminal

No diapasão desse entendimento lógico jurídico, a entidade de interesse social, seja beneficente ou não, que celebra parceria (no sentido lato da palavra) com o Poder Público, passa a ser dele refém quanto à mutação patrimonial, visando a não consumação delituosa.

A razão da exação do assunto criminal se fez necessária para que se possa advertir, em especial, as entidades sociais de educação, que estão em processo de transformação, ou seja, de associação/fundação para sociedade e, por consequência, promovem a passagem do capital público-privado da instituição para patrimônio de indivíduo.

É sabido de todos que o pretoriano decreto 2.207/97 autorizava a transformação da estrutura jurídica das entidades de educação

para empresa com fins lucrativos. Todavia, o diploma legal fixou prazo improrrogável de 120 dias para tal evento, a contar de sua promulgação, que ocorreu em abril de 1997.

Assim, de agosto de 1997 a dezembro de 2004 defendia-se³ a posição de que as entidades que utilizam direta ou indiretamente as verbas ou rendas públicas para seus fins sociais, para contribuir com a edificação de sua obra educacional, não obtinham mais dentro do ordenamento jurídico a faculdade de transformar em patrimônio de indivíduo parte do dinheiro público empregado na instituição, pois, do contrário, seus dirigentes estariam enquadrados na lei penal em comento.

Além do aspecto criminal, encontrava-se sustento às considerações no art. 213 da Constituição Federal, nos art. 9 e 14 do Código Tributário Nacional e na lei 9.870/99, que até então regula em art. 7º, alínea b, a obrigatoriedade de as entidades mantenedoras destinarem seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, no caso de encerramento das atividades, assomado com a previsão do mesmo artigo, na alínea c, que proíbe as mantenedoras educacionais filantrópicas de terem finalidade lucrativa.

Prouni

Para a surpresa da maioria, a lei 11.096/05, que institui o Prouni⁴, a partir de janeiro deste ano, permite às associações/fundações o direito de transformar em patrimônio de indivíduo os bens da entidade educacional. Em decorrência da evasiva previsão legal do *modus operandi* da prevista transformação, muitas instituições sociais educacionais estão na saga da modificação de suas estruturas jurídicas.

No afã da súbita mudança, certamente algumas instituições educacionais estão atropelando dois princípios, um de natureza criminal e outro, fiscal. Não obstante a lei do Prouni ter facultado tal modificação, ela não autorizou a transformação do bem público em privado, por uma simples razão, que é a vedação constitucional.



A confusão patrimonial entre bens providos dos instituidores e os decorrentes de seus esforços (auto-sustentabilidade), para com aqueles adquiridos com recursos de verba ou renda pública, poderá frustrar a dita transformação.

Vejamos: na seara criminal, se os dirigentes desviarem bens públicos (bens gravados em nome da instituição, porém adquiridos direta ou indiretamente com recursos públicos), para o patrimônio de indivíduo por meio da formação de uma sociedade, estará incurso nas penas da lei penal, ante o crime capitulado no art. 315 já citado.

Na órbita tributária, a entidade social, em especial de educação, desde o seu nascituro, é imune a impostos sobre a renda, serviços e patrimônio, conquanto que “não distribua qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título”¹. E dentro dessa premissa, recebeu indiretamente recursos para a construção patrimonial.

Dentro da lei

A Constituição Federal aduz no art. 213, inciso II, que é assegurado o recurso público direcionado à escola confessional, comunitária ou

filantrópica, desde que ela destine, na hipótese de extinção, seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público. A transformação da associação/fundação para sociedade não deixa de caracterizar uma extinção, pois sua finalidade social desaparecerá² e, com ela, todo o patrimônio, em pura violação constitucional.

Segregando-se “o joio do trigo”, ou seja, reconhecendo na contabilidade o patrimônio social do patrimônio público privado³, entendemos, agora sim, que a lei do Prouni se aplica apenas ao dito patrimônio social, autorizando a transformação de associação/fundação para sociedade.

Cabe assinalar, nessa hipótese, que a transformação se subsume à tributação, em especial do Imposto de Renda, na ordem de 15% a incidir entre a diferença do valor em dinheiro ou do valor dos bens e direitos recebidos de instituição isenta, por pessoa física, a título de devolução de patrimônio, para com o valor em dinheiro ou o valor dos bens e direitos que houver entregue para a formação do referido patrimônio.

Sustento, enfim, que as instituições de educação devem realmente aproveitar a oportunidade legal para transformar a es-

trutura jurídica da entidade em sociedade, visando maior transparência patrimonial e evitando o estigma de que seu crescimento decorreu do favor do Estado. Sobretudo, não se pode esquecer a imprescindível obrigação de segregar o reconhecimento patrimonial, e que não é possível transformar bem público em privado, pois, do contrário, terão de “ver o sol nascer quadrado”.⁴

Marcos Biasoli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de Gestão do Terceiro Setor da Universidade Federal do Espírito Santo e editor da Revista Filantropia.

¹ CÓDIGO PENAL, ART. 315: “DAR ÀS VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS APLICAÇÃO DIVERSA DA ESTABELECIDA EM LEI”.

² P. 527, 5ª. EDIÇÃO, EDITORA RENOVAR.

³ PARA REFORÇAR A TEORIA QUE DEFENDIAMOS FOMOS CONVIDADOS A PUBLICAR CONCURSO ARTIGO NA EDIÇÃO 5, ANO 2, DA REVISTA FILANTROPIA, P. 22/23.

⁴ PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS, DE AUTORIA DO GOVERNO FEDERAL.

⁵ ENTRE OUTROS REQUISITOS, ORA PREVISTOS NO ART. 14, DO CTN.

⁶ RESSALVADO O RESPEITO AO PROUNI.

⁷ FORMADO COM BENS ADQUIRIDOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE COM VERBAS/RENDAS PÚBLICAS.

Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, atendendo a organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

Entre em contato conosco para obter mais detalhes das nossas soluções, nós entendemos as suas necessidades e possuímos uma política diferenciada para um setor tão especial.



Soluções Inteligentes na Gestão de Informações
www.asplan.com.br - Tel (11) 5081.9800

Asplan Softwares de Gestão R. Loefgren, 1387 Vila Mariana 04040-031 São Paulo SP Brasil
Tel (11) 5081.9800 Fax (11) 5081.9804 www.asplan.com.br comercial@asplan.com.br

Organizações que utilizam Asplan:

Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bresser • Instituto HP • Fundação Diaconia

Estudo aponta eficácia do Bolsa Família

Levantamento do MDS e da Caixa Econômica Federal, divulgado no dia 15 de março, indica que das 11 milhões de famílias atendidas pelos programas de transferência de renda do governo federal, apenas 1,6 milhão (14%) tem vínculo empregatício. Entre os beneficiários com emprego formal, 896.247 estão no Bolsa Família. Deles, 609.448 se incluem no critério de renda de até R\$ 100 *per capita* por família. O dado é resultado do cruzamento das informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Único.



A secretária de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, dá entrevista no Ministério sobre o Bolsa Família

Conversão de dívida em educação

O quarto debate da série Desafios da conjuntura, promovida pelo Observatório da Educação na sede da Ação Educativa, em São Paulo, discutiu no dia 3 de maio a conversão da dívida externa em investimentos na educação. O ministro da Educação, Tarso Genro, afirmou que o Brasil vai estudar, ainda este ano, os meios técnicos, legais e materiais para a conversão. A campanha A verdadeira dívida é com a educação é promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).



www.controlesocial.org.br

www.cnte.org.br

Ministros sul-americanos prometem investir no social

A 1ª Reunião de Ministros da Área Social da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, realizada dia 29 de abril, em Brasília, consolidou um documento que vai pautar iniciativas dos países envolvidos em prol do desenvolvimento social. Os ministros foram unânimes em escolher como prioridade a formulação de políticas públicas para a infância e juventude, e de geração de emprego e renda. O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, também defendeu maior cooperação entre os países.



Bonecos da artista plástica Biba Rigor, que representaram autoridades do governo e lideranças políticas durante a manifestação

Fundação Abrinq lança nova edição do Programa Prefeito Amigo da Criança

No dia 10 de março, a Fundação Abrinq lançou a terceira versão do Programa Prefeito Amigo da Criança, durante a Marcha dos Prefeitos, em Brasília. O objetivo da iniciativa é incentivar os governantes a priorizar ações e políticas na área da infância e adolescência. Na segunda versão do projeto, durante a gestão de 2001 a 2004, inscreveram-se 1.542 municípios, dos quais 126 foram reconhecidos com o prêmio Prefeito Amigo da Criança.



www.abrinq.org.br

Congemas reúne 700 gestores municipais

O encontro do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas) recebeu em 10 de março, no Rio de Janeiro, 700 prefeitos, secretários e técnicos da área. O objetivo é situar os novos gestores municipais sobre os programas sociais existentes, assim como a forma de adesão, a relação entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e o funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em fase de implantação.

Assessor da ONU debate Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil

O economista Jeffrey Sachs, assessor especial do secretário-geral Kofi Annan, esteve no Brasil no dia 28 de abril para debater o desempenho do país nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Em audiência pública realizada no Senado, Sachs disse que o Brasil pode ser peça-chave para influenciar os países ricos a cumprir os compromissos de aumentar a ajuda financeira a nações em desenvolvimento.

Campanha pela educação pressiona Palocci

Cerca de 20 professores e profissionais da área de ensino realizaram, em 28 de abril, uma aula pública em frente ao prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília. Organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o protesto bem-humorado, chamado Palocci, volte para a escola!, pressionou a área econômica do governo para que garanta os recursos necessários à criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A ação fez parte da 5ª edição da Semana de Ação Mundial, promovida até 30 de abril pela Campanha Global pela Educação.

Jovens debatem políticas públicas com governo

A segunda edição do Vozes Jovens, realizado entre 21 e 23 de março, reuniu mais de 100 adolescentes em Brasília. Os temas abordados foram o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), os nove desafios formulados pelo Grupo Interministerial de Políticas de Juventude, as Metas de Desenvolvimento do Milênio e as propostas apresentadas na primeira edição do evento. O encontro resultou em um plano concreto de ações em benefício da população jovem brasileira, que deve ser executado nos próximos 12 meses.

Participantes do encontro Vozes Jovens na sede da Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf)



Grupo indígena reivindica terras ao governo

Cerca de 700 representantes indígenas da mobilização nacional Terra Livre, que se instalou na Esplanada dos Ministérios entre 25 e 29 de abril, pediram mais diálogo do governo com os povos indígenas. O evento fez parte do Abril Indígena, movimento organizado pelo Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI), que agrupa uma série de protestos e discussões em todo o país sobre a política indigenista do governo Lula. A principal reivindicação foi a imediata publicação de portarias declaratórias de 14 terras indígenas.

Índios participam da mobilização na Esplanada dos Ministérios



ANTONIO CRUZ/ABR

Rede de Tecnologia Social promove integração na área

Foi lançada no dia 14 de abril, em Brasília, a Rede de Tecnologia Social (RTS), composta por entidades públicas e privadas que atuam no setor. Criada para reunir, articular e integrar um conjunto de instituições a fim de promover o desenvolvimento sustentável pela difusão e aplicação de iniciativas inovadoras na área social, a rede vai permitir que as tecnologias desenvolvidas por essas entidades sejam compartilhadas entre elas e abertas a outros interessados. Atualmente, há cerca de 130 entidades interessadas em participar da RTS, coordenada por 13 instituições públicas e privadas.

 www.rededetecnologiasocial.net

São Paulo recebe Consórcio Nacional da Juventude

O Consórcio Nacional da Juventude foi implantado na cidade de São Paulo, no dia 7 de abril. Iniciativa do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, o consórcio tem como objetivo a qualificação de jovens para o mercado de trabalho. Na capital paulista, a gestão ficará a cargo do Cursinho da Poli, coordenador de uma rede de cerca de 25 entidades da sociedade civil que oferecerá cursos gratuitos de capacitação a jovens de baixa renda cadastrados no Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Ministérios assinam projeto de gestão ambiental urbana

Os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, e das Cidades, Olívio Dutra, assinaram em 25 de abril um Memorando de Entendimento para formalizar o projeto Estratégia de Apoio à Gestão Ambiental Urbana. Com a parceria dos programas para o meio ambiente (Pnuma) e para o desenvolvimento dos assentamentos humanos (Habitat), da ONU, a meta é fortalecer a gestão ambiental urbana no Brasil, possibilitando a adoção e implementação dos planos diretores municipais.

Encontro que celebrou a assinatura do projeto e da cooperação dos municípios para estudos sobre a situação ambiental



MARIA NELLO/MEC/ABR

MDS amplia banco de alimentos

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai financiar este ano a instalação de mais 56 bancos de alimentos nos municípios com população acima de 100 mil habitantes. Os bancos têm capacidade de receber, mensalmente, uma média de 40 toneladas de alimentos. Após selecionar, classificar e embalar os alimentos doados, os bancos os distribuem gratuitamente a entidades assistenciais.

Inauguradas mais sete unidades do Farmácia Popular

O Ministério da Saúde inaugurou no dia 21 de março mais sete unidades do programa Farmácia Popular do Brasil. Com as novas farmácias, localizadas nas cidades de Olinda, Recife, Curitiba, Teresina, Belém, Distrito Federal e Fortaleza, o programa chega a 38 unidades em 15 cidades de todas as regiões do país, representando uma alternativa de acesso à medicação para mais de 30 milhões de pessoas. O Ministério da Saúde espera abrir mais 40 farmácias nos próximos meses.

 Disque Saúde: 0800-61-1997
 www.saude.gov.br/farmaciapopular



Ministro da Saúde,
Humberto Costa

ANTONIO CRUZ/ABR



Declaração de não-incidência

A instrução normativa nº 531, de 30/3/05, determina que a entidade beneficente de assistência social deverá apresentar à instituição responsável pela retenção do CPMF a "declaração de não-incidência da contribuição provisória sobre a movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira", na forma do anexo I da mencionada instrução, assinada por seu representante legal. A entidade precisa apresentar cópia autenticada do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, concedido pelo CNAS, válido para o período objeto da não-incidência da contribuição, até 30 de junho deste ano. As entidades que requereram renovação do Ceas, mas ainda não o conseguiram, devem pedir junto ao CNAS a declaração determinada pela instrução.



Financiamento popular

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, anunciou no dia 28 de abril que a ampliação dos subsídios para a aquisição da casa própria por trabalhadores de baixa renda será válida para as contratações com entrada na Caixa Econômica Federal a partir de 1º de maio. Trata-se de uma medida aprovada há quatro meses pelo Conselho Curador do FGTS, que o governo finalmente vai colocar em prática. O subsídio agora é direto e voltado para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos.



Ação do Fisco

Ao negar provimento a recurso do INSS contra a Araucária Transporte Coletivo S/A, do Paraná, a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça considerou ser possível ao contribuinte o arrolamento de bens, em sede de ação cautelar, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, cuja execução ainda não foi ajuizada, visando a obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa.



Certidão nacional da Justiça Federal

A resolução 417, aprovada pelo Conselho da Justiça Federal, institui a certidão nacional de distribuição, que possui o teor "nada consta" da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. A emissão é gratuita e está disponível ao público desde 1º de maio no portal da Justiça Federal. As entidades também podem fazer o pedido pela internet, devendo ser especificada a razão social, domicílio fiscal e CNPJ.

www.justicafederal.gov.br



Portaria regula emissão de certidão negativa de débito

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Receita Federal publicaram a portaria conjunta nº 1, que regulamenta o art. 13 da lei 11.051/04 e autoriza a própria PGFN a emitir certidões positivas de débito com efeito negativo para os contribuintes que tenham pedido a revisão de débitos com o Fisco há mais de 30 dias. A lei permite que a PGFN emita a certidão para questões de pagamento integral, ou seja, quando o contribuinte já efetuou o pagamento, mas consta como devedor.



Associados de entidade de previdência privada

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça concedeu a associados da Fundação Banco Central de Previdência Privada (Centrus) o direito de exigir prestação de contas da entidade, independentemente de regras estabelecidas em seu estatuto ou de ter contabilidade própria, entre outras alegações. Para o ministro Castro Filho, os membros de uma fundação de seguridade social têm direito de buscar o acerto de uma situação pessoal, pedindo a prestação de contas quanto às importâncias que lhes foram restituídas.



Parceria entre BID e ONGs promove comércio solidário

A parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ONGs tem como resultado a Ética, empresa voltada à solidariedade, que mantém contato com grandes empresas dentro e fora do país. O objetivo da Ética é assessorar e comercializar produtos feitos por ONGs, como brinquedos pedagógicos e agricultura orgânica. Trata-se de um comércio solidário, com consumo consciente, razão pela qual vislumbra-se a criação de um selo de qualidade dos produtos.



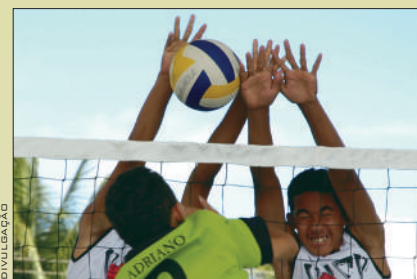
Parcelamento de débito com o FGTS

A Caixa Econômica Federal baixou instrução que disciplina os procedimentos para parcelamento ou reparcimento de débito de contribuições devidas ao FGTS, inscrito em Dívida Ativa e que estejam ou não com ação judicial, independentemente da origem e época de ocorrência. As entidades, como empregadoras, possuem a faculdade de parcelar as contribuições em atraso para regularizarem sua situação de inadimplência.



Finasa consegue incentivo fiscal inédito no esporte

O programa Finasa Esportes conseguiu um incentivo fiscal para seus investimentos na área esportiva. Uma porcentagem do que é pago pela empresa ao IR foi devolvida e está sendo aplicada nos núcleos de formação e nas categorias de base de vôlei e basquete. É o primeiro projeto de esportes a conseguir esse incentivo fiscal. Agora, o Finasa irá distribuir uma cartilha elaborada pelo Ministério do Esporte com todos os caminhos para a obtenção do benefício para a formação e desenvolvimento de atletas até 18 anos.



Federação Mineira de Fundações de Direito Privado

Objetivo da Fundamig é promover a integração entre fundações mineiras, potencializando a formação de parcerias e redes de cooperação

ELAINE IORIO

A história da Fundamig começa no início da década de 90, quando surgiu o interesse de se criar em Minas Gerais uma organização que representasse e defendesse os interesses das fundações do estado. De acordo com Cássio Eduardo Rosa Resende, atual presidente da entidade, naquela época as instituições tinham pouco conhecimento sobre matérias jurídicas e de gestão. “Além disso, a promotoria pública tinha dificuldades em entender as particularidades do movimento fundacional”, relembra ele.

Para tentar mudar o quadro, em 1992 alguns dirigentes de fundações e o próprio Ministério Público resolveram organizar o Primeiro Encontro de Fundações do estado. Em seguida, cerca de 40 reuniões foram realizadas a fim de se discutir o primeiro estatuto da entidade. Somente em novembro de 1994, com o Terceiro Encontro de Fundações, que o estatuto foi aprovado e a Fundamig instituída, tendo sido eleito José Alberto da Silveira como o primeiro presidente.

Missão e valores

Fundada como entidade privada sem fins lucrativos, a federação tem o objetivo de promover o instituto jurídico fundacional e congregar as fundações de direito privado de Minas Gerais. Para Resende, o desafio é fazer com que cada “mundo fundacional” possa interagir positivamente com outro: “Assim, poderemos favorecer o melhor desenvolvimento das atividades de cunho social nas diversas áreas da saúde, educação, meio ambiente, cultura e tecnologia”.

Em suas atividades, a Fundamig segue princípios que giram em torno de nove conceitos principais:

- 1 **Representatividade:** Compromisso com a mediação junto a instituições nacionais e internacionais.
- 2 **Liberdade:** Respeito à independência e autonomia das filiadas.
- 3 **Participação:** Integração de todas as filiadas na realização dos objetivos comuns.
- 4 **Ética:** Respeito aos princípios éticos e legais.
- 5 **Autonomia financeira:** Busca permanente de fontes alternativas de recursos financeiros.
- 6 **Desenvolvimento:** Capacitação e aprimoramento de dirigentes, funcionários e voluntários, próprios e das filiadas.
- 7 **Renovação:** Melhoria contínua nos processos e serviços.
- 8 **Cooperação e solidariedade:** Alicerce de todos os trabalhos promovidos.
- 9 **Sinergia:** Interação, parceria e compromisso em torno de metas comuns.

Atividades e realizações

Atualmente, a Fundamig possui aproximadamente 185 fundações filiadas em todo o estado mineiro, tendo como principal fonte mantenedora as contribuições das próprias instituições. A entidade também complementa a receita com a venda de livros, doações e patrocínios de instituições públicas e privadas que priorizam a responsabilidade social.

Entre os serviços oferecidos às filiadas e à sociedade em geral estão: cursos, *workshops*, seminários, consultoria jurídica e contábil, apoio institucional e reuniões

das Câmaras Setoriais – grupos segmentados formados pela federação a fim de fortalecer o intercâmbio de conhecimento e experiências comuns.

Também fazem parte das atividades da Fundamig as ações do Centro de Estudos e Desenvolvimento do Terceiro Setor (Cedetes), unidade de fomento ao desenvolvimento de projetos sociais das fundações filiadas à entidade. O centro conta com profissionais especializados em relações internacionais, elaboração de projetos, mobilização de recursos e desenvolvimento de sistemas.

De acordo com o presidente, as maiores realizações da Fundamig são, com certeza, a criação de um fórum privilegiado de intercâmbio e o fomento pela troca de conhecimentos e tecnologia entre as filiadas. “Somos um movimento recente, com 10 anos de vida. Mobilizar as demais fundações do estado para se integrarem à Fundamig, dar maior visibilidade para os inúmeros trabalhos ‘de formiguinha’ que são, historicamente, pouco percebidos pela imprensa e dependem da publicidade para ter continuidade, além de expandir os serviços ofertados no que diz respeito à gestão, são alguns dos desafios encerrados no nosso horizonte que nos dão bom ânimo para continuar”, completa Resende. 

Fundamig

 Rua Goitacases, 71 – Centro
Belo Horizonte/MG
 www.fundamig.org.br
 (31) 3274-6522

PROFISSIONALIZAÇÃO

Um bairro que

MARCIO ZEPELINI
marcio@zeppelini.com.br

O nome da receita é Juventude. O sabor é de cidadania, respeito ao ser humano e inclusão social. Mistura-se uma porção de carinho, outra de alegria e outras tantas de atividades educacionais. Adicionam-se gradativamente aspectos morais e cívicos e mexe-se bem durante os longos anos da infância e adolescência. Por fim, acrescenta-se o recheio: esperança. O resultado é a formação de um jovem digno e pronto para o mundo contemporâneo.

Essa é a receita do Bairro da Juventude, entidade com mais de 55 anos de existência estabelecida no coração do sul catarinense, em Criciúma, cidade com pouco menos de 200 mil habitantes. Atendendo cerca de 1.200 alunos desde o berçário até o ensino profissionalizante, o Bairro é reconhecido pela qualidade nos serviços prestados à comunidade desde sua fundação.

Desse total de alunos, cerca de 650 ficam no local em período integral e recebem, além da formação curricular básica, atividades esportivas, culturais e profissionalizantes. São aulas de informática, música, esportes, artes plásticas, danças – desde as típicas regionais ao *street dance* –, além de oficinas de ciências, matemática, lúdica, expressão verbal e corporal e reforço escolar, tudo comandado por um verdadeiro exército de 90 funcionários e cerca de 30 voluntários.

Fundado em 1949 pelos rotarianos, o Bairro da Juventude já foi também comandado pelos padres rogacionistas e, desde 1975, a direção foi confiada à comunidade, estabelecendo-se um corpo diretivo, conselhos fiscal e administrativo. “Sempre buscamos oferecer o melhor para as crianças”, afirma com veemência Sílvia Zanette, diretora-executiva da organização. Isso justifica o porquê de as crianças gostarem tanto de passar o dia na

entidade, o que, conseqüentemente, torna o trabalho socioeducacional mais eficiente.

As crianças e adolescentes atendidos pelo Bairro, além do apoio pedagógico e cultural, contam também com farta alimentação (cinco refeições diárias), assistência médica e odontológica, material escolar e uniformes.

No quesito uniformes, em especial, vale destacar a visão de empenho que a organização transmite às famílias dos jovens alunos. O vestuário é repassado pelo preço de custo e, caso a família não tenha condições de pagar, o valor é transformado em trabalho voluntário que os pais dos alunos prestam ao Bairro da Juventude. “Nossa única intenção com essa conduta é fazer com que as pessoas – pais e alunos – dêem valor ao que recebem. Tanto que uma das formas de se ‘pagar’ o uniforme é trocá-lo por materiais recicláveis. Nesse caso, o valor intrínseco do alumínio, por exemplo, nem importa”, explica Nei de Souza, diretor-técnico da organização.

Voluntariado engajado

Uma das marcas fortes da atual administração é o motivado corpo de voluntários. “Nós quebramos aquele paradigma de que voluntário é aquele cidadão que tem tempo ocioso ou está depressivo e vem nos ajudar para passar seu tempo”, diz Zanette. “Temos gente gabaritada aqui, que oferece algumas horas por semana para ensinar o que sabem”, completa.

O grupo de cerca de 30 voluntários é formado por costureiras, professores de dança e música, médicos e engenheiros. Todos passaram por um treinamento motivacional em que foram evidenciados os reais interesses deles para com a entidade, individualmente. “Os voluntários voltaram para o banco de escola”,

NÚMEROS DO BAIRRO DA JUVENTUDE

- 1.200 crianças atendidas diariamente
- 5.000 refeições servidas por dia
- 200 crianças apadrinhadas à distância por italianos
- 20 mil CDs serão gravados e comercializados na Itália

MARCIO ZEPELINI



esbanja juventude

brinca a diretora-executiva. O instituto também foi obrigado a “receber” os voluntários de forma profissional, tendo de fazê-los perceber o quanto é necessária sua presença – sempre com dia e hora pré-estipulados.

Além dos voluntários locais, vem gente de bem longe. Devido ao Bairro da Juventude estar localizado em uma região tipicamente colonizada por italianos, é quase constante a permanência de voluntários estrangeiros – a maioria advinda da Itália – na instituição.

No mês de maio, por exemplo, um *chef* italiano preparou um jantar para a sociedade com fins de captar recursos à entidade. O relacionamento com a comunidade italiana é tão forte que aproximadamente 200 crianças são apadrinhadas à distância por estrangeiros, que trocam correspondências, mandam presentes no Natal e aniversário, ajudam com materiais escolares e auxílio financeiro. Essa relação se fortaleceu bastante após a visita de 32 crianças do Coral Vozes da Esperança à Itália (ver quadro).

Da profissionalização ao primeiro emprego

Os alunos dos cursos profissionalizantes têm muito no que se apoiarem para não deixar o desânimo tomar conta. Além do ofício adquirido em um ou dois anos de curso, dependendo da área escolhida, eles sabem que sairão da entidade com emprego garantido, devido a um importante trabalho de parcerias com empresas da região garimpadas durante os anos de atuação.

Os ofícios são diversos: mecânica, eletroeletrônica, panificação, cabeleireiro, assim como são fartos os sonhos e aspirações dos meninos e meninas quando estão aptos ao trabalho.

Tanto que alguns alunos saíram do curso de panificação e montaram o próprio negócio. “As empresas nos ligam solicitando alunos para trabalhar, pois sobram vagas aos jovens do Bairro”, comemora o padre rogacionista Vincenzo Lumetta, conselheiro e tesoureiro da instituição.

Captação de recursos

Por ser a maior instituição da região, uma quantidade enorme de doações chega diariamente, desde alimentos e roupas a automóveis. Tudo é devidamente relacionado e o que não for útil para consumo próprio é colocado à venda em um “magazine” aberto à comunidade, que chega a incrementar R\$ 3 mil mensais na captação de recursos.

Além dessa fonte, doações esporádicas, convênios com o Senai e grandes empresas da região, um telemarketing ativo e receptivo, e a ajuda vinda da Itália são algumas das ferramentas que custeiam os R\$ 120 mil consumidos mensalmente na manutenção da obra.

E, para fechar com chave de ouro, a transparência e a constante prestação de contas com a comunidade, por meio de suas diversas peças de comunicação, fazem da instituição uma das mais sérias e renomadas do sul do Brasil. “Existem três fatos distintos: ser honesto, parecer honesto e fazer ser percebido como honesto. E para conseguir tudo isso é uma luta”, desabafa Zanette, mas com um sorriso estampado no rosto que demonstra a satisfação de ter reconhecido o árduo trabalho de muitos anos. 

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial graduado pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

VOZES DA ESPERANÇA

No mês de abril, 32 jovens tiveram um motivo a mais para se emocionar e sofrer: a perda do Papa João Paulo II. Há cerca de um ano, eles participaram de uma excursão que os levou para cantar no Vaticano, bem ao lado de Karol Wojtyła. “Muitos consideraram absurda nossa empreitada. Achavam que não deveríamos mostrar aos jovens um lugar para aonde supostamente jamais voltaríamos. Mas nossa intenção foi abençoada pelo papa e conseguimos, com essa viagem, causar um choque cultural não só nas crianças, mas em toda a comunidade. Fizemos que elas vissem que muitos sonhos podem se transformar em realidade”, conta o padre Lumetta.

O Vozes da Esperança, coral de sucesso formado e treinado pelo Bairro da Juventude, já relaciona mais de 120 crianças em suas aulas. O grupo está, inclusive, gravando um CD com 13 músicas do repertório popular brasileiro como *Escravos de Jó*, *O Cravo e a Rosa*, *Ciranda Cirandinha*, entre outras. Todas com uma nova roupagem que dá a personalização do coral catarinense. A proposta é replicar 20 mil exemplares do CD, cuja grande maioria será comercializada na Itália para difundir as músicas folclóricas brasileiras no velho continente. Coincidência ou não, músicas abençoadas pelas mãos de João de Deus.

Bairro da Juventude

 Rua Cônego Anibal Maria Difrância, 1.483
Caixa Postal 358 – Bairro Pinheirinho
Criciúma/SP

 www.bairrodajuventude.com.br

 bairroda@bairrodajuventude.com.br

 (48) 438-2221

Crianças e adolescentes nas diversas atividades realizadas pela organização



Fé e Cidadania de mãos dadas

Organizações religiosas aumentam atuação social e atraem seguidores para suas iniciativas

THAÍS MENDES

As histórias do Terceiro Setor e das organizações religiosas têm tanta ligação que acabam até por se confundir. Desde os três primeiros séculos após o descobrimento do Brasil, já existiam aqui instituições, hoje pertencentes ao Terceiro Setor, que eram basicamente ligadas à Igreja Católica. Por isso, os valores cristãos foram nelas implantados e pode-se até mesmo afirmar que a tradição cristã é a base das ações filantrópicas no país.

A relação dos brasileiros com a religiosidade é forte, não importa qual seja essa religião. No entanto, a forma de encarar tal questão é bem diversificada, pois as pessoas estão à procura de crenças que lhes tragam respostas.

Buscar a felicidade, solucionar conflitos e reparar danos e traumas são anseios constantes, e a resposta para os problemas pode ser encontrada no conforto e na aceitação proporcionados pelas religiões. Muitos não acreditam em uma doutrina específica, mas mesmo assim a fé que possuem em algo maior também traz a paz de espírito.

A intensa influência que as organizações religiosas exercem sobre a sociedade consegue mobilizar os fiéis a fazer o bem. “Hoje, há um grande apelo à espiritualidade. As pessoas vivem um estado de muita depressão, e os avanços tecnológicos não resolvem o problema da complexidade humana. O chamado à

fé deveria desembocar em um compromisso com a cidadania e com os valores maiores da vida.

Amar a Deus implica em amar ao próximo”, diz o bispo Adriel Souza Maia, presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) e membro da Igreja Metodista.

Muitos conhecem e participam de ações sociais por meio das entidades religiosas, que, além de levar fé a seus seguidores, também atuam socialmente para melhorar as condições do país.

Como funciona

O art. 3º da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), que define as organizações de assistência social, está passando por uma reformulação. A encarregada por essas mudanças é a professora Aldaíza Sposati, que defende a necessidade de uma nova compreensão da relação com entidades sociais a partir da Nova Política Nacional de Assistência Social. Assim, ela destaca que se deve dar mais atenção à parceria Estado-sociedade civil e aos pontos: abrangência da ação da assistência social, relação com a gestão da política e alcance da regulamentação.

No contexto legal, a organização religiosa não pode ter finalidade econômica, nem destinar bens para determinada atividade. Por isso, é caracterizada como um grupo de pessoas que se une para fins religiosos e que pode também ter outra finalidade, como filantrópica, beneficente e cultural.

Dentro dessa realidade, foi estimado que as organizações religiosas que trabalham pela defesa dos direitos humanos e nas associações patronais compreendem mais da metade do total de entidades do país e empregam 17% do total de trabalhadores das organizações sem fins lucrativos. Ao todo, são 70.446 entidades que empregam 101.513 pessoas, segundo dados do IBGE.

As instituições de natureza religiosa, que não são poucas, realizam atos voltados ao desenvolvimento social. Seja qual for a

religião, o que realmente importa é que todas promovam ações com focos diferentes, mas procurando o desenvolvimento social e a capacitação de indivíduos para o futuro.

O fato de haver diversas religiões, e de que boa parte delas se proponha a fazer o bem, aumenta ainda mais o número daqueles que acabam influenciados a participar também das atividades. “Acho que as organizações religiosas, a começar pelos próprios religiosos, têm de participar de tudo o que possa contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas, das comunidades e do meio ambiente. Assim, colaboram para o desenvolvimento do país e do mundo”, afirma a irmã Judith Lupo, religiosa da Congregação Sagrado Coração de Maria e presidente do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, na zona leste de São Paulo.

A importância da atuação é vista também por Guiomar de Oliveira Albanesi, presidente do Serviço Social Perseverança, instituição de natureza espírita de São Paulo de grande representação. “As entidades devem participar e colaborar com tudo o que vise o desenvolvimento do país em razão de seus postulados, porque neles estão inseridos normas e preceitos expressos no amor e na fraternidade”, declara.

“Ressaltamos o valor supremo da vida. Ela é mais importante que as instituições. As instituições, as organizações e as igrejas precisam estar a serviço da vida, e vida com qualidade. Há necessidade de apoiar todas as iniciativas que preservem e valorizem o ser humano. Esse é o grande compromisso e vocação das organizações religiosas”, conta o bispo Adriel.

De boas intenções surgem ações de desenvolvimento

Judaísmo, tradição de solidariedade

A *tzedaka*, ou justiça social, é a idéia que serve de fio condutor para as ações da comunidade judaica. “A palavra caridade vem

Acima, crianças da Creche São Francisco de Assis, do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, posam para foto. Bebês brincam na sala de lazer do Serviço Social Perseverança



de 'cáritas', que significa amor e, portanto, indica atos feitos voluntariamente. Já a *tzedaka* implica uma obrigação religiosa", explica o rabino Alexandre Leoni, membro do Rabinato da Congregação Israelita Paulista (CIP).

A congregação começou a colocar esse ideal em prática desde sua fundação. Nas décadas de 30 e 40, muitas famílias judias desembarcaram no Brasil como refugiadas. Para minimizar o problema e acolher os filhos dos refugiados, em 1937 a Congregação Israelita Paulista – que surgiu um ano antes – criou o Lar das Crianças. O tempo foi passando e o lar começou a receber também crianças não judias.

Hoje, com quase 70 anos de existência, o Lar atende 110 crianças e assiste 47 jovens para o encaminhamento profissional. A instituição oferece educação infantil, desenvolvida na própria sede; educação fundamental, que encaminha as crianças para escolas públicas ou particulares; atendimento integral, que estuda a situação familiar e as condições emocionais da criança que, se preciso, pode pernoitar na entidade; e o programa Passaporte para a Vida, que pretende inserir os jovens no mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes, técnicos e orientação vocacional.

A CIP também desenvolve outras ações. Uma delas é o Clube das Vovós, que existe há 51 anos e surgiu com o intuito de ser um ponto de encontro para pessoas da terceira idade. Ainda hoje realiza encontros quinzenais na sede da congregação. Outro programa é o Bolsa de Empregos, parte do Departamento de Serviço Social. O projeto procura recolocar profissionalmente os candidatos, que podem se inscrever pelo site.

Há ainda o Comitê da Amizade, que reúne um grupo de voluntários para fazer visitas a hospitais, e a Costura da Boa Vontade, em que 25 voluntários confeccionam peças posteriormente doadas a outras instituições sociais.

Para os católicos, um outro mundo é possível

Segundo a ir. Judith Lupo, presidente do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, "um outro mundo é possível", porque tudo pode mudar e vir a ser mais solidário, construtivo. "Para que a sociedade se desenvolva sem tanta violência e diferenças sociais, acredito que, antes de tudo, precisamos de justiça: bom trato para todos, emprego ou qualquer forma de geração de renda, educação, saúde e moradia, para que as pessoas possam viver com dignidade", afirma.

Foi com esse pensamento que, em 1946, surgiu o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. Atualmente, a instituição reúne 52 unidades divididas em creches, centros educacionais comunitários, programas de capacitação profissional e atendimento a crianças que vivem com HIV/Aids, à população de rua e a jovens em liberdade assistida. Hoje, a entidade atende, no total, mais de 7 mil pessoas diariamente.

"A justiça vem de 'ajustar', e o nosso mundo está todo desajustado! Havendo justiça e desenvolvendo a solidariedade e a fraternidade, diminuem a ganância, a inveja e o ódio, e surgem a paz e o reconhecimento de que todos somos iguais", desabafa a irmã.

Os trabalhos do Bom Parto têm como meta defender os direitos das crianças e adolescentes, familiares e população das ruas, especialmente da zona leste de São Paulo. Os programas socioeducativos desenvolvidos nas unidades buscam o protagonismo social.

O monsenhor Julio Lancellotti faz parte do Conselho Deliberativo do Bom Parto e é diretor da Casa Vida, que cuida de crianças e jovens que vivem com HIV. A Casa Vida foi fundada em 1991 e por lá já passaram 130 crianças, sendo que 52 foram adotadas.

Perseverança espírita guiada pelo amor

"O melhor caminho para que a sociedade evolua sem tanta violência e diferença social surgirá quando ela for guiada pelos sentimentos

MISSÕES DO NOVO PAPADO

O papa Bento XVI, escolhido para suceder João Paulo II, já era considerado um dos principais candidatos à sucessão por sua importância como teólogo e defensor da religião católica.

Para seu pontificado, o alemão Joseph Ratzinger prometeu que vai continuar com a atuação do Concílio Vaticano, pois considera que os documentos continuam atualizados e que os ensinamentos são muito relacionados com as questões da Igreja dos dias de hoje, além de se manter fiel à tradição. Neste ano ainda se comemora o 40º aniversário da conclusão das sessões conciliares.

O diálogo aberto com as outras religiões para continuar a obra do seu antecessor e a atenção com os jovens também são compromissos assumidos por ele. Na verdade, Bento XVI pretende se voltar especialmente aos jovens, porque os considera o futuro da Igreja, e já confirmou presença na próxima Jornada Mundial da Juventude.

O sumo pontífice promete que não poupará esforços para manter o diálogo e a compreensão entre as diversas civilizações e chama todos os católicos a cooperarem para o desenvolvimento social.

Além do novo papado, o ano de 2005 também é marcado por ser especialmente dedicado à Eucaristia.

No Perseverança, crianças recebem tratamento médico e desfrutam de momentos de lazer



ESTATÍSTICAS

De acordo com dados do Vaticano, quando o papa João Paulo II assumiu o cargo de pontífice, a Igreja Católica Apostólica Romana contava com cerca de 750 milhões de fiéis. Hoje, tem mais de 1 bilhão de adeptos pelo mundo. Ainda segundo o Vaticano, aproximadamente 50% dos seguidores da religião estão na América Latina, 26% se encontram na Europa, cerca de 13% na África, 10% na Ásia e perto de 1% na Oceania.

Embora a porcentagem na África não seja tão alta, o continente é o que registra a taxa mais rápida de expansão do catolicismo. No Brasil, há quase 125 milhões de católicos, segundo o IBGE.

O judaísmo, considerada a primeira religião monoteísta da História, é praticado atualmente em várias regiões do globo. Mesmo assim, o Estado de Israel concentra o maior número de praticantes do judaísmo no mundo. De acordo com dados de 2003 do Bureau Central de Estatísticas, das 6,7 milhões de pessoas que formam a população de Israel, 5,4 milhões são judeus. A população judaica daquele país representa 38% do judaísmo mundial. Segundo estatísticas do IBGE, no Brasil há cerca de 86.800 seguidores dessa religião.

Já a Igreja Presbiteriana, que não possui uma sede mundial, mas faz parte de uma aliança com igrejas reformadas, atinge cerca de 54 milhões de pessoas no mundo, sendo que 981 mil estão no Brasil, de acordo com o IBGE.

Outra igreja que se destaca é a Metodista, presente em 130 países, somando mais de 80 milhões de seguidores. No Brasil, esse número é de quase 341 mil.

O espiritismo é outra religião em crescimento. Segundo o IBGE, há mais de dois milhões de seguidores da doutrina espírita no Brasil, deixando essa religião atrás apenas do catolicismo e religiões evangélicas em número de adeptos no país.

do amor, que traz compreensão, e da igualdade entre todos os seus membros.” A frase de Guiomar de Oliveira Albanesi, presidente do Serviço Social Perseverança, reflete o ideal e o ponto de vista da instituição a respeito das dificuldades que o país enfrenta.

Fundado em 1973, a história do serviço começou no Centro Espírita Perseverança, que hoje viabiliza os projetos feitos pelo serviço social. Atualmente, o Perseverança assiste mais de 2.100 crianças e adolescentes: oito creches próprias atendem crianças de até 6 anos e três núcleos socioeducativos atuam com crianças e jovens de 6 a 15 anos.

Durante o acompanhamento, os pequenos recebem cinco refeições diárias, atendimento médico, psicológico e odontológico, desenvolvem atividades de lazer, pedagógicas e socioeducativas. “Com os projetos, procuramos conscientizar a criança e a família da capacidade de melhoria e meios de mudança de seu próprio cotidiano e situação de cidadão, tornando-as capazes de protagonizar a própria vida. Nosso trabalho procura atingir a família de cada criança, seja com alguma ação social, bem como com doações, atendimentos na área da saúde, mas principalmente agir na educação da própria família, por meio de reuniões com psicólogos voluntários”, afirma a presidente da instituição.

Além desse trabalho, o Serviço Social Perseverança desenvolve outros programas, como o Domingo Feliz, em que as crianças da creche de Cotia, em São Paulo, realizam atividades complementares; a Integração Comunitária, que oferece todos os sábados aos jovens vizinhos do Núcleo Educativo Perseverança II cursos, atividades esportivas e uma refeição; o Amigos da Esperança, que consiste em palestras de orientação social e familiar e entrega de cestas básicas e roupas às famílias; e a Sopa Perseverança, a ação de voluntários

que atendem moradores de ruas durante a madrugada, doando-lhes alimento, agasalhos e, principalmente, amor.

Os metodistas e a preocupação com os excluídos

Iniciada por João Wesley em 1738, a Igreja Metodista tem vocação social histórica. Assim como explica o bispo Adriel Souza Maia, presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil e membro da Igreja Metodista, “toda a nossa ação missionária gira em torno do tripé: evangelização, que é o anúncio da graça de Deus, educação, o processo de capacitação e transformação pessoal e da sociedade; e social – a solidariedade humana e o compromisso com a dignidade da vida”.

A maior preocupação da Sede Nacional da Igreja Metodista é com os excluídos, como povos indígenas, crianças em situação de risco social, dependentes químicos, sem-terra, pessoas que vivem nas ruas, entre outros. “Nossa vocação às ações sociais está concentrada, prioritariamente, nos desfavorecidos da sociedade sem voz e sem vez. Ainda é bom ressaltar que a nossa grande crise é ética e moral, considerando-se um sistema econômico financeiro de exclusões sociais”, completa o bispo Adriel.

No Brasil, a Igreja Metodista realiza mais de cem programas e, para organizá-los, existe a Coordenação Nacional de Ação Social, que cuida da elaboração dos projetos apresentados e captação de recursos. As ações são feitas por meio da Assessoria Nacional de Projetos e o Conselho Geral de Instituições Metodistas de Ação Social (Cogimas).

De acordo com dados da Sede Nacional, com a soma de todas as iniciativas, a Igreja Metodista consegue atender atualmente mais de 30 mil pessoas no Brasil.



Crianças e voluntárias do Lar das Crianças da Congregação Israelita Paulista

DIVULGAÇÃO

Ação social é compromisso para os presbiterianos

São diversas as ações sociais da Igreja Presbiteriana Unida, de Belo Horizonte, uma das Igrejas Protestantes Históricas do Brasil. Em âmbito nacional, ela participa de movimentos em prol da justiça, como a Campanha da Fraternidade. Localmente, todas as comunidades têm algum trabalho assistencial.

As atividades acontecem em creches comunitárias, centros de defesa dos direitos humanos, cursos de educação inclusiva, entre outros. “O melhor caminho é gerarmos instrumentos que garantam o diálogo entre os diferentes grupos sociais. Não adianta falar em paz, se não se cria um instrumento para que ela aconteça. Acredito que, hoje, a paz só se concretizará se encontrarmos eles de ligação para garantir a escuta de todos os núcleos que compõem as grandes redes mundiais. A globalização só será humanizada se houver perspectiva de diálogo”, afirma o pastor Êser Técio Pacheco, colaborador da 2ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte e professor da PUC-Minas e do Unicentro Newton Paiva.

Atualmente, na capital mineira, o trabalho desenvolvido é de conscientização ecológica. “Começamos promovendo atividades de sensibilização, mas pretendemos chegar aos grandes temas da ecologia social: desenvolvimento sustentável, globalização, participação comunitária, entre outros”, completa o pastor.

O amor é a resposta

A profissionalização do Terceiro Setor está em crescimento para que as ações deixem de ser somente assistencialistas e possam capacitar os envolvidos. Mesmo com essa evolução na maneira de pensar, o principal sentimento é o amor, que motiva as pessoas a quererem se profissionalizar para ajudar os outros.

Todas as crenças são baseadas e construídas no amor, que deve ser entregue ao próximo em forma de caridade. “Para termos um mundo de paz e não-violência, a mentalidade de muitos precisa mudar. O ser humano precisa ser o eixo de tudo, e não a economia, o dinheiro, a posse. O amor tem de penetrar os corações e substituir a ganância”, diz a ir. Judith Lupo.

O bispo Adriel Maia escolheu uma frase de Nelson Mandela que resume, em poucas palavras, a importância desse sentimento: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”. 

Congregação Israelita Paulista (CIP)

 www.cipsp.org.br

Conselho Nacional da Igrejas Cristãs do Brasil (Conic)

 www.conic.org.br

Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto

 www.acolhe.org.br

Casa Vida

 www.casavida.org.br

Serviço Social Perseverança

 www.perseveranca.org.br

Igreja Metodista

 www.metodista.org.br

Igreja Presbiteriana do Brasil

 www.ipu.org.br



Sergio Monello

Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações

- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

39 anos de exclusivo compromisso com as entidades do 3º setor

(11) 3872-1195

www.sergiomonello.com.br

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes - São Paulo/SP CEP 01150-001

Perfil ideal de conselheiros em organizações do Terceiro Setor

ROBERTO CINTRA LEITE
rcl@cintraleite.com.br

É de conhecimento geral que o funcionamento adequado de um conselho de administração em organizações de benemerência precisa de profissionais de renome no mercado para bem representar a entidade. Contudo, hoje só isso não basta. São necessários conselheiros realmente envolvidos com a instituição, dispostos a contribuir de forma inequívoca e transparente ao mercado.

Perfil antigo

Atualmente, o que mais prevalece nas organizações é o perfil antigo, de indivíduos que simplesmente “emprestam” seu nome para, na verdade, ganhar mais prestígio social do que realmente servir a instituição. Anos atrás, o que mais interessava aos voluntários era a integridade pessoal e a reputação ilibada, embora esse critério continue válido hoje e sempre.

Novo perfil

É fundamental que o conselheiro tenha um perfil psicológico adaptado ao tipo de entidade. Por isso, o recrutamento e a seleção dos profissionais devem ser definidos pelos atuais conselheiros, para que os futuros membros estejam alinhados à organização. A motivação pelas atividades da instituição ainda é o principal fator de decisão ao se abraçar uma causa, mesmo porque os trabalhos serão desenvolvidos sem nenhuma remuneração – a não ser em institutos ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), nas quais é permitida a remuneração pelos serviços prestados.

A entidade tem de buscar meios para atrair a atenção e o interesse dos possíveis conselheiros com recepção calorosa, visita às instalações, exposição dos produtos e serviços oferecidos, apresentação oficial do membro aos outros conselheiros e ao mercado, treinamento em assuntos técnicos, seminários com palestrantes do setor, além do “retiro” no final do ano com uma pauta abrangente de dois a três dias, em local agradável, para a elaboração do planejamento

estratégico da organização e outros assuntos de relevância.

Experiência anterior em outros conselhos, capacidade de raciocínio analítico e de pensamento estratégico também são desejáveis, uma vez que facilitam o funcionamento do órgão.

Dissensão de opinião

Geralmente, os conselhos de organizações de beneficência possuem elevado número de membros, o que dificulta a avaliação de alternativas de decisões e diminui a capacidade de ação e reação rápidas. Como as decisões devem ser colegiadas, isto é, tomadas pela maioria dos membros, o exercício da democracia é demorado e está atrelado a opiniões pessoais, que o presidente do conselho “deixa passar”, para não criar maiores obstáculos.

Em consequência, ele perde a oportunidade de tomar as melhores decisões ou se recolhe com receio de enfrentar outros conselheiros com sua opinião, mesmo que seja melhor que a de seus pares. O respeito humano e profissional pelos colegas muitas vezes supera a percepção pessoal aguçada e a sensibilidade humana em relação aos acontecimentos.

É importante que o conselheiro tenha um temperamento democrático, mas com espírito de luta pelas próprias idéias, dispondo de coragem suficiente para defendê-las em benefício da organização.

Networking

Uma das habilidades mais importantes do conselheiro está no relacionamento com a sociedade em geral. Para tanto, ele precisa gostar de representar a instituição em cerimônias e eventos da comunidade, e ter habilidade social para causar boa impressão. O perfil de um dirigente que reúna pensamento, ação, relações humanas e a representação simultaneamente é difícil de se encontrar. A organização deve, portanto, proporcionar eventos em que os conselheiros possam exercer na prática o relacionamento com a comunidade.

Instituição / empresa

É perceptível a importância de se transformar a gestão de organizações em verdadeiras empresas. Mesmo que o termo não seja tão apropriado, considera-se que as entidades têm de funcionar nos moldes de uma empresa privada. Por conta disso, é necessário que os conselheiros tenham a capacidade de ler e entender demonstrações financeiras, balanços, orçamentos, planos de negócios, planos estratégicos, entre outros documentos.

Como os assuntos técnicos muitas vezes não são de domínio dos conselheiros, as decisões do conselho deverão estar sempre suportadas por pareceres técnicos, como de auditorias independentes, consultores e advogados.

Responsabilidade

Com o novo Código Civil e Legislação Complementar, a responsabilidade dos conselheiros aumentou bastante e a ausência de conflito de interesses pessoais em relação à instituição é essencial para demonstrar a necessária transparência à sociedade. É importante que o conselho promova a elaboração dos princípios da organização e aceite os valores e códigos de ética da mesma.

Onde estão os conselheiros?

Hoje se tornou até mais fácil encontrar executivos de grandes empresas dispostos a dar um ou dois dias por mês para trabalhos voluntários em organizações do Terceiro Setor, uma vez que incrementa o currículo profissional. Várias empresas, até mesmo as não-doadoras de bens e valores, dispõem funcionários durante algumas horas para que desenvolvam essas habilidades, fundamentais ao ser humano moderno e inserido na comunidade. 

Roberto Cintra Leite. Sócio-diretor da Cintra Leite Consultores de Gestão Empresarial, empresa especializada em formulação e implantação de sistemas de governança corporativa.

A sustentabilidade das universidades brasileiras pela sociedade civil

CUSTÓDIO PEREIRA

diretorpresidente@mackenzie.com.br



No ano de 2003, os americanos doaram US\$ 240,72 bilhões para entidades sem fins lucrativos, conforme dados fornecidos pelo Giving USA 2004, da American Association of Fund Raising Counsel (AAFRC), e as contribuições vêm crescendo ano a ano. Nesse valor está incluída a significativa soma de US\$ 31,59 bilhões doados a instituições de ensino, especialmente universidades.

As universidades americanas têm desenvolvido, sistematicamente, a cultura e as técnicas de captar recursos da sociedade civil desde o início do século 17. Tal é a importância dada ao tema que várias instituições renomadas adotaram o nome de doadores como forma de reconhecimento, como, por exemplo, Harvard e Yale.

A cultura doadora dos americanos para instituições de ensino é decorrente da visão de que somente por meio da educação pode-se atingir o desenvolvimento. As doações e os legados possibilitaram a expansão do ensino superior, e as universidades americanas passaram a ser referência no mundo quando se fala de captação de recursos.

Universidades tradicionais como Oxford e Cambridge, na Inglaterra, começaram a desenvolver a mesma forma de sustentabilidade, com fundos provenientes da comunidade e especialmente dos ex-alunos, depois de conhecer o caso de Harvard, que teve inclusive uma experiência expressiva, bem organizada e relativamente recente de *Capital Campaign*.

A campanha foi lançada em maio de 1994 e concluída com êxito em dezembro de 1999, com a captação da impressionante cifra de US\$ 2,1 bilhões¹. Harvard é uma das maiores e mais antigas captadoras de fundos

do mundo, e dispõe de estrutura própria com aproximadamente 250 funcionários.

A principal fonte de capital são ex-alunos, que participam ativamente como voluntários e doadores. As doações milionárias, em sua maioria, costumam ser feitas por aqueles que reconhecem a importância da universidade para sua formação e desejam vê-la cada vez melhor. As associações de antigos alunos são uma tradição nas instituições americanas e em algumas européias.

O espírito fraternal cultivado durante os anos de convívio na escola estende-se por muitos anos após o término do curso por meio das associações. O relacionamento com ex-alunos permite às melhores escolas garantir um volume constante de doações e de novos alunos. Eles se tornam membros vitalícios de influentes redes de contato, que garantem empregos bem pagos, lucrativas associações comerciais e acesso preferencial à crescente e influente elite do mundo dos negócios².

Bem, podemos dizer que a realidade brasileira é muito diferente da americana e européia, que, além de serem países ricos, contam com incentivos³ e, principalmente, com a cultura de seus povos, que doam e deixam legados vultosos às universidades.

Verifica-se ainda que muitos ex-alunos latinos e asiáticos de escolas americanas fazem doações para essas instituições, sem qualquer incentivo fiscal no país de origem dos recursos. Vi pessoalmente um dos edifícios da Universidade de Babson doado por um ex-aluno latino-americano. Entretanto, essas pessoas não doam para a escola em que estudaram no próprio país, muitas vezes com

bolsa ou gratuitamente dentro de universidades públicas.

Temos observado vários movimentos de universidades latino-americanas para obter fundos de ex-alunos, com algum sucesso. Em 2003, realizou-se em Hong Kong um congresso com a iniciativa de ex-alunos de universidades americanas que tinham o hábito de doar sistematicamente a essas instituições, mas não doavam às escolas locais.

Importantes decisões foram tomadas naquela ocasião, como a revisão dos incentivos fiscais para doações a universidades e, principalmente, o compromisso do governo de doar um dólar para cada dólar captado junto à sociedade civil para programas de pesquisa e desenvolvimento.

Acredito que podemos modificar a cultura brasileira e criar mecanismos para garantir a sustentabilidade e a captação de recursos para as universidades, especialmente as públicas. Nessa direção, realizamos em maio deste ano uma pré-conferência com o apoio da Association of Fundraising Professionals e do Council for the Advancement and Support of Education, com a intenção de concretizar o primeiro congresso, em 2006, para troca de experiências no setor. O objetivo será promover o suporte à educação proveniente da sociedade civil, com parcerias e ex-alunos, e discutir a evolução dos incentivos fiscais às doações para o desenvolvimento da educação no Brasil, como já ocorre em vários países. 

Custódio Pereira. Diretor-presidente do Instituto Presbiteriano Mackenzie e autor do livro *Captação de Recursos – Fund Raising – Conhecendo Melhor Por que as Pessoas Contribuem*.

¹YARD LINE. A NEW LETTER FOR COLLEGE FUND VOLUNTEERS. CAMPAIGN. PLAN AND OBJECTIVES, p. 1. ²MCCLUSKEY 1998, p. 82. ³PESQUISAS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS MOSTRAM QUE AS PESSOAS DOAM PRINCIPALMENTE PELA CAUSA, PELA VISÃO.

Maximizando a Responsabilidade Social de sua organização!



Comunicação e responsabilidade social empresarial. Nós sabemos como fazer.

Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial • parceiros@parceirosdavid.org • www.parceirosdavid.org

Como calcular gratuidades segundo o decreto 2.536/98

Maior dúvida é em relação às normas para a inclusão de toda a receita da entidade na base de cálculo das gratuidades a serem concedidas

SERGIO ROBERTO MONELLO
atendimento@sergiomonello.com.br

Para se calcular o montante das gratuidades que a entidade beneficente de assistência social está obrigada a conceder, tendo como base o decreto 2.536/98, art. 3º, inciso VI, é preciso fazer uma efetiva interpretação jurídica segundo os princípios do Direito. Em vista da natureza tributária e previdenciária implicitamente contida na norma, devem ser aplicadas, especificamente, as normas de direito tributário à determinação da base de cálculo das gratuidades a serem concedidas.

A lei 5.172¹ assim dispõe no art. 109: “Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários”.

Portanto, ao interpretar o inciso VI do art. 3º do decreto 2.536/98 não se pode, de maneira alguma, afirmar que toda receita da entidade de assistência social deve servir de base ao cálculo determinante das gratuidades a serem concedidas. Se tomássemos para os cálculos todas as receitas, estaríamos incluindo valores que não se lhes devem ser agregados, bem como receitas de caráter meramente econômico.

O inciso citado obriga de forma eficaz e taxativa que, a partir de julho de 1998, as entidades apliquem anualmente, em gratuidade, pelo menos 20% da “receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, locação de bens, venda de bens não-integrantes do ativo imobilizado e doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída”.

Antes de averiguar o conteúdo desse inciso, é necessário conhecer o art. 111 do Código Tributário Nacional (CTN), que preceitua: “Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I – suspensão ou exclusão do crédito tributário; II – outorga

de isenção; III – dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias”.

O que diz o inciso VI

Hermenêutica jurídica do inciso VI do art. 3º do decreto 2.536/98, com base na interpretação literal/gramatical:

- I)** A entidade beneficente de assistência social deve aplicar em gratuidade valor apurado “anualmente”.
 - a)** Isso quer dizer que é a “pessoa jurídica” como um todo, e não unidade por unidade administrativa (filiais, departamentos e núcleos de atividades), que deve comprovar o montante das gratuidades com relação à aplicação do percentual de 20%.
 - b)** A norma não determina que a gratuidade deva atender ao percentual de 20% mensalmente, mas sim anualmente.
- II)** A norma diz: aplicar 20% sobre a receita bruta, não entendida como toda a receita auferida pela entidade, mas sim somente aquela que compõe e constitui a base de cálculo das gratuidades, conforme definição legal descrita no inciso estudado.
- III)** As receitas que constituem a receita bruta / base de cálculo das gratuidades são:
 - a)** venda de serviços;
 - b)** receita decorrente de aplicações financeiras;
 - c)** locação de bens;
 - d)** venda de bens não integrantes do ativo imobilizado;
 - e)** doações particulares.



Estratégias da captação financeira

Por ser aplicada diretamente no atendimento de um beneficiário, a adoção financeira é extremamente atraente para os doadores

MARIA P. BARRETTO E LYGIA FONTANELLA-DEADMAN

mppb001@uol.com.br – lfontanella@fundabrinq.org.br

A adoção financeira é uma forma muito simples de captar recursos para organizações que fazem atendimento direto aos beneficiários. Adotar um aluno, uma árvore ou uma criança é uma ação que na maioria das vezes agrada bastante, mas que ainda é pouco utilizada.

Essa estratégia de captação é extremamente poderosa. A Fundação Abrinq, por exemplo, arrecada e repassa anualmente R\$ 2,5 milhões na forma de adoção financeira de crianças e adolescentes. Há outras entidades nacionais, como a SPVS de Curitiba, que faz a adoção de casais de papagaios-de-cara-roxa por R\$ 70 por ano; a Alfabetização Solidária, cuja doação para a campanha Adote um Aluno é realizada com oito prestações de R\$ 21; e o Projeto Tamar, que desenvolveu uma campanha de adoção de tartarugas por uma doação única de R\$ 100.

Os atendimentos variam de acordo com a organização e são os mais diversos possíveis: número de árvores plantadas, tartarugas monitoradas por *chip*, idosos tratados em abrigo, alunos alfabetizados, municípios que passam por capacitação, livros traduzidos para o braille, treinamento a jovens com deficiência visual, tratamentos de quimioterapia realizados, adolescentes capacitados para entrar no mercado de trabalho e adestramento de cães-guia.

Como os benefícios são inquestionáveis para a sociedade, muitas pessoas se sentem satisfeitas em ajudar doando mensalidades que serão aplicadas diretamente no atendimento.

Contabilidade social

Com apelos criativos para diferentes beneficiários, a mecânica da adoção financeira é muito simples. Tomemos como exemplo uma creche que atua na região metropolitana de São Paulo e atende 250 crianças de 0 a 6 anos em período integral. Todas as despesas mensais da creche atingem R\$ 45.000 (aluguel, água, alimentação, salário de educadores e funcionários da administração, capacitações, materiais de limpeza e higiene, impostos etc.). Sabe-se que a prefeitura repassa todo mês para a entidade o valor de R\$ 138 por criança

atendida e que a necessidade de arrecadação mensal é de R\$ 10.500.

Assim, a creche precisaria conseguir 250 empresas ou pessoas físicas que pagassem R\$ 42 por mês para cobrir as despesas de cada criança. Cada doador seria responsável por complementar todas as despesas relacionadas diretamente com uma ou mais crianças: vestuário, atividades educativas, brincadeiras, banhos, refeições etc. Tudo por apenas R\$ 42 por mês para cada criança!

O primeiro passo para implementar uma ação de captação de adoções financeiras é calcular o custo de cada atendimento prestado. Vamos chamá-lo de *per capita*. O cálculo *per capita* é resultado da divisão entre o valor total das despesas pelo número de atendimentos realizados:

$$\text{Per capita} = \frac{\text{despesa total}}{\text{número de atendimentos}}$$

No exemplo da creche, consideremos a receita garantida de R\$ 138, proveniente da prefeitura, para o cálculo do custo *per capita*. Poderíamos ter considerado a despesa total e, nesse caso, cada custo *per capita* equivaleria a R\$ 180 por mês. Como a receita proveniente da prefeitura é certa, a necessidade real de captação é de R\$ 42 por criança/mês.

Ao incluir as receitas garantidas na fórmula, o valor *per capita* a ser adquirido diminui, ampliando as chances de se conseguir mais doadores. Apesar da fórmula parecer muito simples, ela exige dedicação por parte da organização, a fim de averiguar as despesas reais e as receitas garantidas, uma tarefa corriqueira aos bons gestores.

$$\text{Per capita} = \frac{(\text{despesa total} - \text{receitas garantidas})}{\text{número de atendimentos}}$$

À procura de interessados

Os doadores estão nas empresas (como proprietários ou funcionários) onde os parentes dos beneficiários trabalham; na vizinhança da entidade (comércio local, famílias vizinhas, pequenos prestadores de serviços etc.). São os parentes e padrões dos pais dos beneficiários; celebridades que tomam conhecimento do trabalho; conselheiros e amigos dos conselheiros, ou simplesmente simpatizantes da causa.

Maria Barretto e Lygia Fontanella



A proximidade, a facilidade de abordar e, principalmente, o contato direto com os beneficiários fazem com que esses potenciais doadores sejam os primeiros convidados a fazer a adoção financeira.

Nesses casos, o contato pessoal, que permite uma conversa franca e amistosa entre o doador e um representante da organização, é a forma mais eficaz. Para a visita pessoal – que pode ser bem informal, como tomar um café com o proprietário da padaria local, ou um encontro mais formal com o doador em seu escritório –, é importante ter em mãos uma carta personalizada que oficializa o pedido de adoção financeira, mencionando o valor *per capita* e a maneira como o recurso será aplicado.

Fotos e histórias reais sobre o impacto na vida dos beneficiários ou em sua comunidade colaboram para ilustrar a ação realizada. A preciosa oportunidade de explicar para um doador o que a instituição faz e quanto esse trabalho custa será desperdiçada se um claro pedido de doação for esquecido. Algumas expressões podem ajudar nesse momento de fechamento da doação:

- “Quando percebi que faltavam dez crianças para serem adotadas financeiramente, eu pensei: ‘A dona Stela talvez possa colaborar adotando uma criança’. Por isso vim falar com a senhora. A senhora poderia adotar financeiramente uma criança por R\$ 42 por mês?”
- “Senhor Almeida, muito obrigada por me ouvir contar tudo sobre nossa organização! Permita-me fazer uma pergunta: o senhor poderia ajudar adotando duas crianças por mês por R\$ 84?”
- “Dona Joana, a senhora já vem nos ajudando há alguns anos com sua experiência em nutrição e, pensando nisso, gostaria de propor a adoção financeira um de nossos idosos. Quem sabe uma de suas

amigas que nos visitou mês passado não se interessa em nos ajudar também? O custo é de R\$ 42 por mês.”

Saiba cobrar o doador

Fundamental para o sistema de adoção financeira é a forma de cobrança da doação. São várias as maneiras disponíveis para facilitar o pagamento mensal: débito automático em conta corrente, débito em cartão de crédito, envio de boletos e carnês, motoboys que retiram cheques ou dinheiro, e depósito em conta corrente da organização. O boleto bancário, enviado mensalmente pelo correio, é a maneira mais eficiente e de menor custo, principalmente quando a entidade negocia uma parceria com o banco com que trabalha.

As instituições financeiras prestam serviços de envio de boletos e cobram às vezes R\$ 4,50 por cada um. Para a organização não incorrer nesses custos, restam duas alternativas: negociar com o banco a diminuição ou o fim dessa tarifa, ou solicitar ao doador a inclusão do custo ao valor *per capita*.

Além da administração do pagamento das contribuições, é necessário criar uma rotina de relacionamento e prestação de contas entre a organização e o doador por meio de envio de informativos, agradecimentos, convites para eventos etc. Isso colabora para a continuidade da relação e ajuda a diminuir o índice de inadimplência e de cancelamento.

A organização das informações básicas sobre os doadores em um banco de dados viabiliza não apenas a rotina mensal de emissão dos boletos e das ações de fidelização, como pode também colaborar para uma ação de cobrança de pagamentos atrasados, um pedido de aumento do número de adoções ou de indicação de potenciais doadores.

Atrasos e cancelamentos dos pagamentos sempre acontecem e, como se trata de garantir o atendimento de um beneficiário, essas falhas

podem causar problemas para a entidade. Nesse caso é solicitado ao doador um “aviso prévio” de dois ou três meses antes do cancelamento da adoção financeira, tempo necessário para se conquistar um novo investidor.

Pequenas atitudes demonstram como a instituição se sente agradecida: um telefonema do presidente da organização quando um novo doador adere, cartões de Natal com mensagens dos beneficiários, convites para eventos de formaturas e outras datas especiais.

Complementando essas atitudes de apreço, a prestação de contas garante a transparência no bom uso das doações. Relatórios esclarecedores enviados duas vezes por ano serão suficientes se fornecerem depoimentos e histórias reais de beneficiários atendidos, valores arrecadados e aplicados, listagem dos doadores e dos beneficiários (se possível) e balancete. Quanto mais simples for a linguagem utilizada nesses relatórios, maior será o grau de entendimento de todo o trabalho realizado e, assim, o doador conseguirá se sentir co-responsável, aumentando seu grau de compromisso.

A fidelidade de um doador não está necessariamente associada ao fato de ele conhecer por nome ou foto quem está sendo adotado. Cada organização saberá avaliar os pontos positivos e negativos de montar a campanha de adoção financeira em que os nomes dos investidores e dos beneficiários estejam atrelados. Uma comunicação transparente e franca será suficiente para que os doadores confiem que seus recursos são bem utilizados no atendimento direto ao beneficiário, independentemente de quem ele seja. 

Lygia Fontanella-Deadman. Economista, especializada em Marketing. Atua como captadora de recursos há 8 anos e atualmente trabalha para a Fundação Abrinq.

Maria Porto P. Barretto. Formada em Marketing pela ESPM e com especialização em Fundraising pela New York University. Trabalhou no Projeto Arrastão, Kanitz & Associados, Care Brasil, entre outras instituições, e hoje atua como consultora na área de Marketing e Comunicação.

CANTO
CIDADÃO

Apelar é a única forma de conquistar e manter a audiência?

Programa de Rádio Canto Cidadão - 3 anos de audiência

Não é, todo sábado, um programa que trata de cidadania, voluntariado, responsabilidade social, entre outros **temas do Terceiro Setor**.
O resultado? A conquista de cada vez mais ouvintes em todo o país.
A resposta? Mistura de autonomia e agibilidade na medida certa, promovendo o cidadão a ouvir, aprender e contribuir para o equilíbrio social.



Sábado, 11h - 12h, AM 1450 kHz (Grande SP). Outras localidades, acesse www.cantocidadao.org.br

Mínimos sociais: necessidades básicas ou direitos de cidadania?

Atuais políticas entendem mínimos sociais apenas como garantia de sobrevivência, e não de direitos ao cidadão, seja ele de alta, baixa ou nenhuma renda

GISELLE MARTINS E VERA LUCIA FREIRE
 asocial@sergiomonello.com.br

Pensar em assistência social nos faz refletir sobre políticas, programas, práticas, intervenções e ações que possibilitem a todo ser humano ter condições necessárias para viver com o mínimo de dignidade, o que significa negar qualquer iniciativa que se restrinja meramente à sobrevivência. A provisão dos mínimos sociais, então, deve ser entendida pela sua capacidade de incluir aqueles que vivem abaixo do patamar considerado inadequado e insuficiente.

Os mínimos sociais diferem de sociedade para sociedade, pois expressam valores e assumem características próprias que vão se adequando aos diferentes momentos históricos pelos quais passa determinada sociedade em seu desenvolvimento. Assim, países mais desenvolvidos e ricos estabelecem patamares mais elevados, que possibilitam o acesso a uma qualidade de vida melhor. Outras sociedades, entretanto, se limitam a construir parâmetros de mínimos sociais que supram apenas as provisões básicas de sobrevivência.

Em um país tão desigual como o Brasil, os mínimos sociais têm significado assegurar as necessidades básicas da população em processo de exclusão e vulnerabilidade social, ou, ainda, mínimos indispensáveis para provisão de alimentação, moradia, higiene, educação e saúde. No entanto, quando se fala de direitos ou cidadania, questiona-se se em uma sociedade democrática seria válido pensar que os bens e serviços produzidos por ela só possam ser consumidos ou estejam acessíveis a uma parcela privilegiada da população.

Pergunta-se igualmente a validade de se falar sobre mínimos de cidadania – que são realmente tão pequenos – e, além disso, sobre somente os mínimos estarem acessíveis

à maior parte da população brasileira, em grande parte constituída por famílias de baixa renda.

Falar de cidadania é falar de direitos. Afinal, todos são cidadãos, que direta ou indiretamente, por meio do pagamento de taxas e impostos, cumprem seus deveres e, por isso, têm direitos. A população de baixa renda, por consumir o estritamente fundamental para a sobrevivência, paga menos impostos e taxas, mas, de qualquer maneira, contribui para a sociedade em que vive e, na maioria das vezes, está à margem dela, constituindo a grande massa da população excluída.

Ora, se a assistência social é um direito para todos que dela precisam, independentemente de contribuição à seguridade social, ela é, portanto, um mecanismo de proteção social, uma estratégia para minorar a situação de vida caótica de milhares de brasileiros que vivenciam processos e situações constantes de exclusão social, que se defrontam diariamente com inúmeros problemas para ter acesso a um trabalho digno, moradia decente em local adequado e salubre, meios de transporte suficientes, serviços de educação e saúde eficientes, alimentação, lazer e cultura.

No entanto, os parâmetros usados para a inserção em programas sociais de inclusão estabelecem que as famílias beneficiárias tenham renda *per capita* de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente no país. Aqui cabe uma reflexão: se o salário mínimo, cujo valor é de R\$ 300 mensais, é considerado o mínimo que cada indivíduo deveria receber por qualquer trabalho realizado em território nacional, servindo para cobrir suas necessidades mais primárias, deve-se questionar o porquê de se exigir mais esse critério para legitimar a

Em um país tão desigual como o Brasil, pensar em mínimos sociais tem significado assegurar as necessidades básicas da população

inserção de indivíduos e famílias em programas de proteção social.

Estamos nos reportando a necessidades básicas de sobrevivência, isto é, sobre o mínimo dos mínimos para manter um indivíduo com vida, ou sobre direitos de cidadania? Falamos de uma política de assistência social que prevê a universalização ou a seletividade, que elegerá de quem dela se beneficiará?

Se o assunto é direitos humanos, é preciso que se lute por patamares mais elevados de mínimos sociais, que permitam às famílias de baixa renda condições mais dignas de vida e de acesso a bens e serviços socialmente produzidos; é essencial que a população-alvo de tais programas de inclusão social conheça e entenda seus direitos, e passe a lutar por eles e a exercê-los; é fundamental que ao inserir um indivíduo ou uma família em um programa social, a política de assistência social esteja articulada com as demais políticas setoriais dos governos federal, estadual e municipal, para facilitar o acesso a quem delas necessitar, ou seja, aos bens e serviços que as mesmas são capazes de prover para permitir a real inclusão do beneficiário.

Por um lado, torna-se cada vez mais evidente o diálogo entre a política de assistência social com as demais políticas de caráter social (habitação, educação, transporte, cultura, saúde etc.). Por outro, comprova-se a importância do trabalho intersectorial, em rede, das trocas entre todos os envolvidos. Só assim poderá se obter alguma eficiência e efetividade nos programas, ações e práticas desenvolvidas diretamente pela política de assistência social e das outras que incorporam o trabalho assistencial como mecanismo de inclusão das camadas menos favorecidas da sociedade.

São pontos que suscitam reflexões e discussões para todos aqueles que se dedicam a essas práticas. A proposta apresentada aqui é que, a partir de agora, venhamos a pensar nisso juntos e que, ao falarmos em mínimos sociais, estejamos atentos para qualificar, dentro dos valores culturais, políticos e éticos da sociedade brasileira, as reais necessidades básicas e cotidianas da população em risco social.

Logo, os mínimos sociais, mais que garantir a sobrevivência de indivíduos e grupos sociais, devem assegurar direitos de cidadania, entendidos em sua extensão

como instrumento universal ao processo de inclusão. Se ter dignidade é ter acesso a bens e serviços – garantidos pela Constituição de 88 como direitos –, essa discussão se contrapõe à atual tendência de hierarquização dos direitos sociais.

Tal tendência se espelha no conjunto de ações propostas e desenvolvidas pelas atuais políticas sociais, que continuam a perpetuar o desenvolvimento de programas assistencialistas e compensatórios; que se limitam a cobrir necessidades de sobrevivência em vez de garantir vivência mais digna e plena, elegendo beneficiários – os mais miseráveis – e programas, tidos como prioritários frente à imensa gama de ações públicas e sociais necessárias que possam garantir efetivamente o direito do cidadão. 

Giselle Martins. Doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Movimentos Sociais do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP e assistente social do Escritório Dom Bosco.

Vera Lucia Freire. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP e assistente social do Escritório Dom Bosco.



Serviço personalizado e especializado na Terceiro Setor

- Fundação Abrinq
- Ass. Anália Franco
- Planet Finance Brasil (ONG)
- ANEFAC



Rua Loufgreen, 1.387 – São Paulo, SP – CEP 04040-031
Tel. (11) 3908-6800 – seeteco@seteco.com.br

www.seteco.com.br

Desenvolvemos, analisamos e implementamos sua gestão contábil, quer ela tenha fins lucrativos ou sociais

São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade a nossa conduta de trabalho e atendimento

- Contabilidade Gerencial com análises de orçamento e por projetos
- Planejamento tributário objetivando economia de forma legal
- Área Contábil, Fiscal, Financeira e de Recursos Humanos
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Serviços e informações online pela internet com total segurança
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão

Canto Cidadão em Todos os Cantos começa a viajar pelo país

Iniciativa social de São Paulo viaja para conhecer ONGs de todo o Brasil e sensibilizar sobre a importância do trabalho voluntário em ambiente hospitalar e a responsabilidade social da mídia

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.org.br

O mês de março marcou o início do Canto Cidadão em Todos os Cantos, iniciativa empreendida pela organização social responsável por esta seção, em parceria com a Gol Linhas Aéreas Inteligentes. A atividade possibilitará que os representantes do Canto Cidadão visitem todas as capitais do Brasil, assim como a capital argentina, levando informações sobre cidadania a estudantes e profissionais das áreas da saúde e comunicação. Nos últimos dias de março, além dos eventos do projeto, duas entidades sociais da capital potiguar, Natal, foram visitadas: Casa Renascer e Companhia TerraAmar. Alguns dias depois, em meados de abril, as visitadas foram as paraibanas Biblioteca Livro em Roda e Instituto Alpargatas, apresentadas nas páginas seguintes desta edição.

Casa Renascer luta para resgatar a dignidade de crianças, adolescentes e mulheres potiguares

Em 1991, a psicóloga Dilma Felizardo fundou a Casa Renascer para trabalhar na defesa e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e mulheres vítimas de violência, especialmente de ordem sexual. Uma primeira visita à entidade faz saltar aos olhos a organização do espaço físico, com salas de atividades devidamente sinalizadas e preparadas para oferecer condições adequadas aos beneficiários. Biblioteca, sala de orientação pedagógica, auditório, sala de dança, cozinha e demais instalações promovem interações positivas e contínuas. Lembrando que o cuidado com o espaço físico não depende, necessariamente, de um polpudo orçamento, uma vez que clima favorável é diferente de luxo.

Por falar em finanças, a Casa Renascer conta com investimentos internacionais, assunto

que interessa dez entre dez organizações sociais. A receita da entidade para conquistar a confiança de apoiadores, especialmente aqueles a milhares de quilômetros de distância, está no respeito à parceria, demonstrado pela transparência na apresentação dos relatórios de atividades e planilhas financeiras, consequência dos resultados alcançados pelos projetos. Não se trata de “dourar a pílula” para agradar o apoiador, mas sim relatar a realidade, as transformações conquistadas, ou não, por intermédio da parceria.

E a forma mais eficiente decorre, obviamente, da competência, conquistada pela Unidade de Atendimento e das Oficinas de Formação da Casa Renascer. Na primeira, conforme a coordenadora Mirles de Andrade Moraes, “são atendidas crianças e adolescentes de 7 a 18 anos, submetidas a situações de violência física, psicológica e sexual, dentro e fora da família. Essas experiências provocam a baixa auto-estima, o afastamento do convívio social e deixam seqüelas que, fatalmente, comprometem o desenvolvimento saudável”.

O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h. Em quase 14 anos, centenas de pessoas foram atendidas por psicólogas, assistentes sociais, psicopedagogas, nutricionistas, além de instrutores de dança e teatro, que trabalham pelo resgate da auto-estima e da dignidade das meninas, que se definem da seguinte forma: “Somos meninas. Cada uma diferente da outra. Umas altas e outras baixas. Tem meninas magras e meninas gordinhas. Meninas com as mesmas histórias de vida, meninas carentes e sem privilégios. Mas somos meninas que acreditam em um futuro melhor para todos nós e para nosso país”.



Jovens da Casa Renascer ao lado de representantes da entidade e do Canto Cidadão



Aula de dança resgata auto-estima de jovens



Oficina de dança típica com jovens de Felipe Camarão

O segundo espaço da Casa Renascer, a Oficina de Formação, atua desde 1995 oferecendo profissionalização em produção artesanal de redes e tapetes. “O projeto não existe somente pelo aspecto financeiro, mas também pela formação em cidadania e questões de gênero, melhorando a qualidade de vida das atendidas pela entidade e seus familiares”, informa Mirles. Uma outra contribuição à sociedade é o Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP), espaço de formação teórica e prática de apreensão e troca de conhecimentos, saberes e experiências sobre o tema abordado pela Casa.

O contato com as crianças e adolescentes atendidas evidencia que elas gostam de estar lá. E para que o trabalho não esteja somente orientado ao combate das consequências do problema social, a entidade atua em outra frente: crítica e proposição de políticas públicas. Dessa forma, contribui para a formação de uma sociedade que tolere cada vez menos as insidiosas agressões às crianças e adolescentes, na maioria das vezes protagonizadas por elementos da própria família da vítima, assim como por endinheirados cidadãos, de dentro e fora do Brasil, que buscam gastar seus tostões em aventuras de turismo sexual.

“Mas acredito que um dia isso vai mudar, cantando essa canção a esperança vai estar no ar.” É o refrão que motiva as meninas da Casa Renascer, na busca em ressurgir das cinzas, com o apoio da sociedade civil organizada.

Companhia TerrAmar aposta na comunicação e na arte como formas de promoção humana

A outra visita realizada pelo Canto Cidadão foi ao diretor da TerrAmar, o jornalista Eugênio Parcellle. Segundo ele, “a

organização nasceu há três anos da indignação de um grupo de profissionais, diante da constatação dos riscos que rondam a infância e a juventude potiguar, uma vez que a maior parcela das crianças e jovens não têm seus direitos respeitados”.

A partir de então, vem realizando projetos nas áreas de comunicação, educação e cultura, voltados para a transformação social de comunidades pobres. Para todas as ações, completa Parcellle, “a referência é o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Paradigma do Desenvolvimento Humano, e a crença é que a potencialidade da arte e cultura e da educação pela comunicação podem contribuir para o resgate da cidadania do público atendido”.

Classificada entre os seis vencedores do 1º Concurso de Projetos de Comunicação promovido pela Rede Andi – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, a TerrAmar também executa o projeto Infância na Mídia no RN, uma pesquisa que aponta o comportamento quantitativo e qualitativo da mídia impressa potiguar, no que se refere à cobertura da pauta da infância e adolescência. Além da pesquisa quantitativa, feita com base na *clipping* dos principais periódicos, a organização produz uma revista que traz uma série de textos, resultados de dois seminários com especialistas. Como tema principal, a publicação aborda a questão do abuso sexual, tendo em vista a preocupação existente, sobretudo, com o crescimento do turismo potiguar.

Com o apoio do Unicef, a associação criou a Rede de Comunicadores pela Infância e Adolescência, formada por cerca de 600 radialistas e jornalistas de todo o estado, que recebem o *clipping* (resumo das informações mais importantes publicadas

pela imprensa local) e o boletim semanal produzidos pela Rede Andi.

Além das ações de sensibilização e mobilização dos comunicadores, a ONG possui uma ação direta junto à comunidade de Felipe Camarão, bairro bastante estigmatizado em função das constantes ocorrências criminosas. No projeto Conexão Felipe Camarão, a entidade promove a cidadania de crianças e adolescentes por intermédio da cultura e educação, dando especial atenção às tradições potiguares. Para a viabilização da iniciativa há parcerias com escolas públicas, nas quais mais de 200 pessoas são atendidas diretamente, apresentando à sociedade potiguar notícias positivas sobre aquela comunidade, exemplo de que é possível colher notícias boas onde a cidadania é plantada de forma correta, com competência e amor. Não é à toa que a organização se chama TerrAmar. 🍌

Casa Renascer

📍 Rua Ana Néri, 345 – Petrópolis
CEP 59040-020 – Natal/RN

🌐 www.casarenascer.org.br

☎ (84) 211-1555

Associação Companhia TerrAmar

📍 Rua Trairi, 808 – Petrópolis
CEP 59014-150 – Natal/RN

☎ (84) 3202-7111

🌐 www.ciaterramar.org.br

@ ciaterramar@ciaterramar.org.br

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

EDUCAÇÃO

Organizações paraibanas apostam na educação

Biblioteca itinerante e educação pelo esporte é o que propõe as organizações visitadas na Paraíba

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.org.br

Um provérbio chinês diz que se o planejamento é para um ano, deve-se plantar cereais; já se o planejamento for para uma década, o melhor é plantar árvores; no entanto, se o planejamento é para a vida, o caminho é investir na educação. Soma-se às sábias palavras o dito de Pitágoras, que, categórico, afirma: “eduquem as crianças para não castigar os adultos”.

Redundante seria apresentar mais argumentos que justifiquem o foco em ações educativas, exatamente o caminho seguido pelas entidades aqui expostas. Ambas se destacam pela produtividade e pertinência, ou seja, o impacto conquistado junto ao público beneficiário.

A primeira trata de democratizar o acesso à leitura junto a alunos de escolas públicas em comunidades rurais, enquanto a outra convoca o esporte para enriquecer o processo de educação, promovendo saúde física e cultura.

Biblioteca itinerante melhora desempenho na leitura de jovens alunos

Em fevereiro de 1997, a escola da comunidade de Capim Agu, próximo à cidade paraibana de Conde, observou o início do projeto de incentivo à leitura, denominado Biblioteca Livro em Roda. A atividade itinerante, que funciona na área rural do município, oferece material de leitura e um programa de incentivo para alunos de escolas pequenas de ensino fundamental que não possuem bibliotecas.

O projeto começou atendendo uma escola de 50 alunos, com pequeno acervo de 80 livros de literatura infanto-juvenil. O meio de transporte era o carro das duas fundadoras, Teresa Cristina Barbosa de Brito e Anne Ceulemans. Os gastos de combustível eram pagos com pequenas doações oferecidas por simpatizantes da idéia. Com o passar do

tempo cada vez mais escolas foram sendo atendidas, aumentando a credibilidade da iniciativa. As verbas começaram a chegar e, já ao final do terceiro ano, 16 escolas e seus 1.500 alunos era visitados.

Atualmente, o projeto está em 20 escolas e 2 creches, ampliando a capacidade de leitura de mais de 2.050 crianças toda semana. O programa é formado por duas partes igualmente importantes: levar o material de leitura até as crianças e apresentar semanalmente um livro infanto-juvenil por turma, estimulando também os professores a ler para os alunos.

A idéia de apresentar um texto por semana serve para mostrar aos alunos e professores que a leitura motiva o mergulho, o sonho e a viagem sem nenhum tipo de cobrança. Todas as semanas, a Biblioteca Livro em Roda leva uma quantidade de livros às escolas atendidas e empresta um título para cada aluno por uma semana, que pode lê-lo em seu ritmo, no ambiente e no horário que escolher.

Os principais desafios vêm sendo driblados ao longo do tempo, como a criação da metodologia de leitura, a conquista da confiança das escolas e o interesse real e constante dos alunos. Os resultados práticos tornaram viáveis as parcerias com órgãos do governo, empresas e instituições internacionais de financiamento. Entretanto, observa Teresa Cristina, “os grandes desafios atuais são a falta de livros – estamos com somente 2.365 livros no acervo, com 90% de taxa de retirada – e a lentidão da municipalidade”, uma vez que os títulos infanto-juvenis são muito caros, e é preciso comprar uma quantidade elevada para que os alunos tenham na diversidade uma fonte de interesse.

Ainda segundo Teresa, as editoras praticam os mesmos valores cobrados aos consumidores normais, dificultando o acesso. Com relação ao poder público, o impasse se dá em função da



Teresa Cristina (à esq.) apresenta o projeto ao Canto Cidadão



Crianças participam de oficina de leitura em comunidade rural paraibana



Crianças reforçam seu aprendizado por meio do esporte e atividades lúdicas

recente troca de prefeitos e, conseqüentemente, secretários de educação. O financiamento do combustível dos carros que levam os livros ainda não foi definitivamente garantido pela atual gestão do município de Conde, principal atendido pelo projeto.

Desafios à parte, a iniciativa tem alto potencial de sobrevivência e ampliação, principalmente em função de sua pertinência e metodologia, que certamente tem como inspirar projetos semelhantes em outras localidades do país.

“Atenção, atenção! Um projeto de baixo custo e alto impacto social.” Nada melhor que as palavras de uma aluna atendida para comprovar: “Toda quarta-feira fico olhando pela janela se a tia já vem. E quando chega o carro com os livros, é uma bagunça, é uma felicidade!”. Felicidade é um país formado por leitores.

Educar por meio do esporte é o principal objetivo do Instituto Alpargatas

O segundo projeto social está ligado a uma empresa de expressão nacional, a Alpargatas. Apesar de bastante recente, a iniciativa social demonstra sua eficácia por meio de números que impressionam. O programa beneficia milhares de alunos de municípios distintos, especialmente Santa Rita, situada a 20 minutos da capital, onde existe uma importante fábrica da empresa.

De acordo com o diretor-executivo do instituto, Beraldo Araújo, “trata-se de uma busca incessante para implantar e implementar metodologias que relacionem a prática esportiva qualificada com a multidisciplinaridade e o rendimento escolar”. Nesse contexto, o programa envolve alunos de escolas públicas municipais de comunidades carentes em projetos de ações na escola e pós-escola.

Com isso, intensifica a permanência dos jovens no ambiente escolar e proporciona a complementação do horário em atividades esportivas qualificadas e diversificadas. As aulas são acompanhadas por profissionais de Educação Física, que destinam conhecimentos técnicos à aplicação da metodologia criada a partir de experiências construídas dentro da própria realidade socioeconômica, cultural e de infra-estrutura.

“O instituto conduz suas atividades priorizando investimentos em comunidades de baixo IDH (índice de desenvolvimento humano), regiões brasileiras que necessitam de atenção mais urgente”, observa Beraldo. Em 2003, o projeto Educação por meio do esporte caracterizou-se como piloto e atendeu 649 crianças e jovens de 7 a 17 anos, nas 19 escolas onde foi implantado. Um ano depois, com o objetivo de ampliar o atendimento e estabelecer uma política de implementação, foram atendidos 13.526 alunos.

Os números representam um aumento de 2.084% de alunos no projeto, percentual representativo para um trabalho que, em 24 meses, ampliou o atendimento a todos os alunos que estão matriculados no sistema municipal de educação da cidade de Santa Rita, o que representa um atendimento de 99,2% dos alunos que frequentam as aulas de Educação Física.

A implementação do projeto estimulou a qualidade da educação das escolas, permitindo que as aulas ficassem mais atrativas no que se refere ao desenvolvimento global das capacidades físicas e habilidades motoras, à redução da agressividade e à aprendizagem a partir do raciocínio lógico-matemático, tanto nos conteúdos de Educação Física quanto na postura interdisciplinar dos conteúdos das demais disciplinas. “Os dados comprovam a qualidade do programa, uma vez que entre 2003 e 2004

a atratividade das aulas dobrou, na opinião dos alunos”, comemora Beraldo Araújo.

Cabe salientar que o projeto aposta na diversidade e respeito à individualidade, pois diversas modalidades esportivas, jogos e brincadeiras da região são utilizados no fortalecimento do processo educativo. Cada escola possui um programa alinhado com suas necessidades e capacidades, sendo que alguns deles foram premiados nacional e internacionalmente.

O Instituto Alpargatas, após oferecer a metodologia por dois anos, além de investir na estrutura física das escolas, cumprirá, a partir deste ano, um papel coadjuvante, deixando a cargo das escolas, professores e alunos a tarefa de dar continuidade às iniciativas que se mostraram vencedoras. “Estaremos no suporte, preparados para contribuir em qualquer tipo de dificuldade”, garante Beraldo. Fica a torcida para que a empresa continue firme nas ações de responsabilidade social, amparando-se no sucesso conquistado para criar novos modelos de transformação social. 🌟

Biblioteca Livro em Roda

📍 Rua Projetada, s/n°
CEP 58322-000 – Conde/PB
✉️ livroemroda@openline.com.br
☎️ (83) 3222-7699

Instituto Alpargatas

📍 Contorno da Rodovia BR 230, km 41,
s/n° – Jardim Planalto
CEP 58301-645 – Santa Rita/PB
🌐 www.alpargatas.com.br
✉️ jbaraujo@alpargatas.com.br
☎️ (83) 3217-7618

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.